SORAYA ARAUJO UCHOA CAVALCANTI
(ORGANIZADORA)

SERVIÇO SOCIAL:

TEORIA, PRÁTICA E IMPACTO SOCIAL



Atena
Editora
Ano 2024

SORAYA ARAUJO UCHOA CAVALCANTI
(ORGANIZADORA)

SERVIÇO SOCIAL:

TEORIA, PRÁTICA E IMPACTO SOCIAL



Atena Editora
Ano 2024

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

Editora chefe
Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Editora executiva
Natalia Oliveira
Assistente editorial
Flávia Roberta Barão
Bibliotecária
Janaina Ramos
Projeto gráfico
Camila Alves de Cremo
Ellen Andressa Kubisty
Luiza Alves Batista
Nataly Evilin Gayde
Thamires Camili Gayde
Imagens da capa
iStock
Edição de arte
Luiza Alves Batista

2024 *by Atena Editora*
Copyright © Atena Editora
Copyright do texto © 2024 Os autores
Copyright da edição © 2024 Atena Editora
Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.
Open access publication by Atena Editora

Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora
Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Profª Drª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Jodeylson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia / Universidade de Coimbra
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

Serviço social: teoria, prática e impacto social

Diagramação:	Ellen Andressa Kubisty
Correção:	Yaiddy Paola Martinez
Indexação:	Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão:	Os autores
Organizador:	Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S491 Serviço social: teoria, prática e impacto social / Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2024.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-2317-1
DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.171240803

1. Serviço social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título.

CDD 360

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce,* ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

A coletânea '*Serviço social: teoria, prática e impacto social*' é composta por 04 (quatro) capítulos produtos de pesquisa, revisão de literatura, relato de caso, dentre outros.

O primeiro capítulo, analisa as *situações de vulnerabilidades socioeconômicas, de saúde e de acesso à internet vivenciadas por jovens discentes de graduação da Universidade Estadual do Ceará no contexto pandêmico nos anos 2020-2021*.

O segundo capítulo, discute *a família e seus diferentes modelos no contexto das políticas sociais do Estado*, e proteção social ofertada aos seus membros e indivíduos, especificamente da monoparentalidade.

O terceiro capítulo, analisa *o percurso teórico-metodológico do PROUNI destacando aspectos envolvendo suacontribuição para o processo de decolonização, promovendo ações afirmativas de acesso à Instituições de Ensino Superior, a partir de bolsas a jovens*.

E finalmente o quatro capítulo, que discute a relação entre o empreendedorismo verde e a sustentabilidade social.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

VULNERABILIDADES JUVENIS E PERMANÊNCIA UNIVERSITÁRIA EM TEMPOS DE COVID-19 E ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Data de aceite: 01/03/2024

Antônia Viviane Silva
Universidade Estadual do Ceará (UECE), graduanda em Serviço Social/bolsista IC-FUNCAP

Leila Maria Passos de Souza Bezerra
Universidade Estadual do Ceará (UECE), doutorado/pós-doutorado

RESUMO: O artigo em tela versa sobre as situações de vulnerabilidades socioeconômicas, de saúde e de acesso à internet vivenciadas por jovens discentes de graduação da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Campus Itapery, em Fortaleza-CE, sob os impactos da pandemia de COVID-19 e do ensino remoto implementado nessa instituição nos anos 2020-2021. Para tanto, optou-se pela abordagem metodológica qualitativa, com aporte de dados quantitativos secundários e primários. Realizou-se pesquisas bibliográfica, documental e de campo *on-line,* com aplicação de formulário eletrônico junto a jovens universitários/as, regularmente matriculados no período supracitado. Os resultados indicaram o adensamento das situações interseccionadas de vulnerabilidades juvenis e para a ênfase em estratégias individualizadas e/ou grupais adotadas pelos (as) interlocutores (as) para garantir suas permanências universitárias nesse contexto. Salienta-se ainda as frágeis iniciativas promovidas pela UECE, em especial diante da crescente demanda de estudantes em situação de vulnerabilidades socioeconômicas, adensadas em tempos pandêmicos, em intersecção com as desigualdades e opressões raciais e de gênero que atravessam as vidas de jovens universitários/universitárias inscritos nas margens urbanas.

PALAVRAS-CHAVE: Juventudes; Pandemia e Vulnerabilidades; Educação Superior e Permanência Universitária.

ABSTRACT: The article on screen is about the situations of socioeconomic, health and internet access vulnerabilities experienced by young undergraduate students at the State University of Ceará (UECE), Campus Itapery, in Fortaleza-CE, under the impacts of the COVID-19 pandemic. 19 and remote teaching implemented at this institution in the years 2020-2021. To this end, a qualitative methodological approach was chosen, with the input of secondary and primary quantitative data. Bibliographical, documentary and field research was carried

out online, using an electronic form with young university students, regularly enrolled in the aforementioned period. The results indicated the intensification of intersecting situations of youth vulnerabilities and the emphasis on individualized and/or group strategies adopted by the interlocutors to guarantee their university stays in this context. It is also worth highlighting the fragile initiatives promoted by UECE, especially given the growing demand from students in situations of socioeconomic vulnerability, heightened in pandemic times, at the intersection of racial and gender inequalities and oppression that permeate the lives of young university students. inscribed on urban margins.
KEYWORDS: Youth; Pandemic and Vulnerabilities; Higher Education and University Permanence.

INTRODUÇÃO

O presente artigo versa sobre as situações de vulnerabilidades socioeconômicas, de saúde e de acesso a recursos digitais vivenciadas por jovens "periféricos", em condição de pobreza pluridimensional (BEZERRA, 2015), discentes de graduação da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Campus Itapery, em Fortaleza-CE, nos anos 2020-2021. Consiste em recorte dos achados teórico-empíricos da pesquisa acadêmica intitulada **VULNERABILIDADES JUVENIS E SUAS ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA UNIVERSITÁRIA EM CONTEXTO DE COVID-19.** Aprovada na chamada pública nº 14/2020, referente ao Programa de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (ICT), da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), realizada no âmbito da UECE. Período de implementação do ensino remoto emergencial (ERE) nesta universidade pública, em consonância com as demais instituições de ensino básico e superior no Brasil, respaldada nas recomendações sanitárias da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Devido às medidas de segurança sanitária voltadas a reduzir/controlar a proliferação do coronavírus, dentre as quais se destaca o isolamento/distanciamento social, realizou-se pesquisa social *on-line*, de abordagem qualitativa, com aporte de dados quantitativos primários e secundários. Desta feita, somada às pesquisas bibliográfica e documental, o trabalho de campo ocorreu virtualmente, com uso de formulário eletrônico – com perguntas abertas e fechadas – aplicado junto a jovens discentes de cursos de graduação da UECE, Campus Itapery, na capital cearense, mediante uso do Google Forms.

A pesquisa social em tela justifica-se em contexto pandêmico, pois, conforme declarado pela OMS, em 2020, as distintas desigualdades existentes nos países e entre segmentos sociais desprovidos dos recursos mínimos para (sobre)viver foram potencializadas. De fato, tal pandemia, segundo apontou o Jornal El País, "impactou em cheio e de forma simultânea todos os elementos da existência com os quais o desenvolvimento humano é medido: a saúde, a educação e a renda das pessoas" (EL PAÍS, 21/05/2020), a provocar e/ou aprofundar retrocessos sociais globais. Em 2020, a expectativa de vida não aumentou conforme anteriormente ocorria, afirmou notícia do G1 (2020). Nessa direção, a notícia intitulada "Desenvolvimento humano

cai pela primeira vez desde 1990 em meio à pandemia de coronavírus" salientou que "os mais pobres pagarão" (EL PAÍS, 21/05/2021), a indicar a perspectiva de crescimento das desigualdades sociais nos países e entre os grupos já pauperizados, com especial atenção às juventudes das margens urbanas brasileiras.

Ao observar os impactos sociais dessa pandemia no Brasil, cabe especial ênfase à educação que, conforme enunciou a pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus (2021), de iniciativa do Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) em parceria com outras organizações não governamentais, presenciou um aumento do número de jovens sem estudar, a atingir o total de 36%. Percentual relativo a 68 mil jovens alcançados na pesquisa realizada em todos os estados brasileiros. Em termos da qualidade das aulas de crianças e adolescentes que se mantiveram em ensino remoto durante a pandemia, o chefe de educação da Unicef Brasil, Ítalo Dutra, enunciou: "A grande questão é entender a qualidade com que essa frequência de atividades tem sido realizada" (EL PAÍS, 25/08/2020).

Ao considerar os processos de agudização das expressões da questão social brasileira em tempos de pandemia de COVID-19 no país, buscou-se compreender e analisar as situações de vulnerabilidades juvenis vivenciadas por jovens discentes de graduação da UECE, bem como as estratégias de permanência universitária construídas e/ou adotadas por tais sujeitos (as/ es) em 2020 e 2021, diante da adoção do trabalho e do ensino remoto nessa instituição pública de ensino superior (IES). Tornou-se imprescindível identificar e analisar os impactos dessa pandemia e de suas práticas correlatas de segurança sanitária na vida dos (as/es) jovens universitários (as/es) da UECE, com foco naqueles (as) em situação de pobreza multidimensional e inscritos nas margens urbanas cearenses, para os quais a permanência universitária configura-se em um desafio cotidiano mesmo antes da pandemia, a prolongar-se após seu término.

Vislumbrou-se apreender as condições de vulnerabilidades socioeconômicas, de saúde (física e mental) e de acesso aos recursos/tecnologias virtuais experienciadas por jovens discentes ditos "periféricos[1]", a considerar os desafios e as estratégias adotadas para garantirem suas permanências universitárias nesse contexto peculiar. Nesse percurso investigativo *on-line*, utilizou-se do formulário eletrônico, encaminhado via e-mail institucional, WhatsApp e disponibilizado nas redes sociais do Grupo de Estudos e Pesquisas Margens, Culturas e Epistemologias Dissidentes (MARGENS) [2], no decurso de 01/02 a 31/03 de 2021, para estudantes dos cursos de graduação do campus Itaperi, com matrículas ativas no semestre 2021.1. Obteve-se um total de 107 (cento e sete) formulários respondidos. A maioria dos (as/es) respondentes eram discentes do curso de Serviço Social (diurno e noturno).

1 Segundo Lacaz, Lima e Heckert (2015), a dimensão periférica é pensada como uma condição de construção de outras existências, além da já impregnadas no imaginário social que seria de exclusão. Nas palavras dos autores é: "A dimensão do periférico [...] não se refere, portanto, ao modo como a periferia vem sendo tratada, ou seja, como exclusão. Aludimos, sim, à possibilidade de constituir, numa condição periférica, forças de invenção de outros modos de existência que efetuem embates com os modos de vida dominantes." (p. 59)

2 Grupo de pesquisa institucionalizado e certificado pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e inscrito no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Para conhecer mais acesse: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4617445050893288.

Cabe salientar a envergadura social das situações pluridimensionais e interseccionais (COLLIS, 2017) das vulnerabilidades juvenis, adensadas e complexificadas com a pandemia de COVID-19, em contexto de desconstrução do Estado de direito e das políticas públicas sociais no Brasil então governado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), com seus impactos na vida das juventudes periféricas ora discentes da UECE.

AGUDIZAÇÃO DAS DESIGUALDADES DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19 NO BRASIL E AS VULNERABILIDADES JUVENIS (IM)POSTAS

Problematizando as situações de vulnerabilidades enfrentadas pelas juventudes "periféricas" na universidade pública

A pandemia de COVID-19 intensificou a condição de pobreza pluridimensional, a expor desigualdades estruturais tais como fome, desemprego, marginalização, precarização e superexploração do trabalho, bem mais visíveis e agudizadas, a caracterizar uma crise humanitária avassaladora e ceifadora de vidas. No Brasil, o quadro social torna-se mais agravante ao considerar-se a sua formação sócio-histórica alicerçada tanto no patriarcado, como na escravidão da população negra, nos persistentes racismo e machismo/sexismo, que discriminam/incriminam, violentam e matam seguimentos preferenciais, a vivenciar intensamente as desigualdades sociorraciais e de gênero. Por essas dimensões interseccionais, grande parte da sua população já se encontrava submetida à negação constante de condições mínimas de sobrevivência, em especial no decurso do processo de contrarreforma do Estado brasileiro em desconstrução do seu sistema de proteção social. Ou seja, os tempos pandêmicos adensaram as ameaças às suas existências e implicaram em milhões de adoecimentos e de mortes, com especial recorrência entre as classes subalternas.

Dentre essa população em luta constante para (sobre)viver, encontram-se as juventudes periféricas universitárias que, mesmo com as precariedades do ensino básico, chegam à universidade, a ganhar reforço com a política de ações afirmativas, mais conhecida como a Lei 12.711/2012, a "Lei de Cotas". No entanto, se o acesso se tornou uma conquista, as condições de permanência universitária ainda são um desafio cotidiano, a considerar suas incipientes e insuficientes configurações para atender às demandas postas e materializar um ensino superior de qualidade para todos (as/es). A essas juventudes não é possível a regalia de "só estudar", pois obrigadas, por necessidade socioeconômica de, em concomitância, trabalhar, somada à busca de superação dos racismos estrutural e institucional, persistentes nas dinâmicas universitárias.

Nesse contexto de desconstrução de direitos, esse segmento populacional, em específico, sentiu seu direito negado e/ou restrito quando ocorreu a adesão ao ensino remoto nas universidades. Segundo a pesquisa Tecnologias de Informação e Comunicação

nos Domicílios Brasileiros, a TIC Domicílio 2019, aferiu que: 59% das casas brasileiras das classes D e E[3] não tinha acesso à internet e, dentre as que acessam essa tecnologia, 85% tinha apenas o celular como dispositivo de uso (Jornal Estadão Expresso, 20 de julho de 2021).

A realidade (im)posta aos jovens discentes da UECE, não difere do retratado pela pesquisa acima. A própria universidade, em seu site oficial de 26 de novembro de 2019, trouxe a seguinte manchete: "Maioria dos estudantes da UECE são oriundos de Escolas Públicas". Mesmo com tal constatação expressa publicamente no ano anterior à deflagração da pandemia de COVID-19, esta informação não era alheia à universidade, a instituição aderiu ao ensino e ao trabalho remotos, a seguir o direcionamento adotado por outras instituições de ensino - públicas e privadas, superior e básico. Contudo, sem garantir, de pronto, os recursos mínimos para seus discentes, com ênfase naqueles (as) reconhecidos (as) em condição de pobreza pluridimensional, tais como o acesso à internet e os aparatos tecnológicos – computadores, tablets, chips de pacote de internet – para fins de garantia do acesso às aulas *on-line*.

Vale destacar que os chips, com pacotes de dados advindos da política estadual viabilizadora de acesso à internet, só foram entregues aos discentes após dois semestres e meio de aulas remotas, no segundo semestre de 2021. Até então, os (as) estudantes em condição de pobreza pluridimensional (ditos "cotistas" e "não-cotistas") permaneceram esse período sem nenhuma garantia de acesso digital para viabilização de participarem das aulas *on-line*, a contar, exclusivamente, com as suas próprias estratégias para permanência na universidade. É fato que as bolsas específicas de permanência universitária – à época correspondentes ao valor bruto de R$ 400,00 reais – continuaram a ser garantidas a discentes já inseridos (as/es) na principal ação institucional da UECE neste campo, a saber: o Programa de Bolsas Estudantis e de Permanência Universitária (PBEPU). Todavia, em contexto agudizado de desigualdades socioeconômicas, com crescimento acelerado do desemprego, da pobreza e da fome – parecia aquém das necessidades postas, embora absolutamente indispensável enquanto iniciativa institucional da UECE voltada à permanência universitária.

De fato, os impactos da pandemia de COVID-19 sentidos por segmentos socialmente vulnerabilizados ampliaram-se em escalas de maiores proporções estruturais e conjunturais, a tornar as estratégias de (sobre)vivências e de permanência universitária muito mais complexas nesses tempos pandêmicos, conforme foi possível identificar nesta pesquisa realizada junto a universitários da UECE.

3 Conforme a Fundação Getúlio Vargas Social, os grupos D e E são as famílias que (sobre)vivem com menos de um salário mínimo até dois salários mínimos. Conferir: https://cps.fgv.br/qual-faixa-de-renda-familiar-das-classes.

Sobre as situações de vulnerabilidades juvenis na Universidade Estadual do Ceará em tempos pandêmicos

Realizados os devidos recortes para essa exposição, discute-se, neste item, o perfil socioeconômico, de saúde e de acessibilidade digital dos (as/ es) jovens universitários (as /es) da UECE, Campus do Itaperi, em Fortaleza-Ceará.

No eixo perfil socioeconômico, ao considerar o total dos 107 (cento e sete) formulários eletrônicos respondidos por discentes da UECE, em relação a sexo/gênero, identificou-se 81,3% feminino, 17,8% masculino e 0,9% autodeclarados não-binários. Em termos das faixas etárias, a maioria era constituída por jovens (85,1%), a considerar o intervalo de 15 a 29 anos indicado pelo Estatuto da Juventude (2013), conforme ora exposto: 17 a 20 anos perfizeram 15,9%; de 21 a 25 anos foram 58,9%; de 26 a 29 anos 10,3%; de 30 a 40 anos 11,2%; de 41 anos ou mais 3,7%. Com relação à autodeclaração de raça/cor, registrou-se a prevalência de negros (as/ es), com total de 63,5%, relativos à soma de 46,7% de pardos e 16,8% de pretos; e ainda 33,6% de brancos (as) e 2,9% correspondente a asiática, não declarada e *"preto, branco e índio, ao mesmo tempo".*

O maior percentual, 74,8%, equivalia aos residentes na capital; 12,1% moravam na Região Metropolitana de Fortaleza e 13,1% no interior do Ceará. Quando se manifestaram sobre a realização do ensino médio, 58,9% relataram ter estudado totalmente em escolas públicas; 38,3% exclusivamente em escolas particulares; 1,9% cursaram parcialmente em escolas particulares e 0,9% estudaram com bolsas em escolas particulares. Com enfoque na relação estudo-trabalho à época da pesquisa, 51,4% não estava trabalhando, 23,4% estava trabalhando informalmente e 19,6% trabalhavam formalmente, perfazendo o total de 44% de estudantes trabalhadores (as). Registrou-se ainda 5,6% em situação de estágio remunerado, pensionista, dona de casa (sem remuneração) e desemprego atribuído à crise econômica potencializada com a COVID-19.

No caso daqueles em situação de trabalho (formal e/ou informal) e de estágio remunerado, os valores da renda foram: 12,1% inferior ou igual a ¼ de salário mínimo (s.m); 15% superior ou igual a 1 salário mínimo; e 15,9% igual a 1 salário mínimo. A renda familiar per capita também se manteve baixa, a saber: 34,6% igual ou inferior a ¼ de s.m; 22,4% igual a 1 s.m; e 30,8% acima de 1 até 2 s.m; perfazendo um total de 87,8% dos 107 (100%) respondentes incluídos na dita "baixa renda" e, por conseguinte, aptos ao acesso às bolsas, no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais), do Programa de Bolsas de Estudo e Permanência Universitária (PBEPU), uma das ações de Assistência Estudantil garantidas pela UECE.

Em referência aos impactos da pandemia nas suas vidas, relataram a onda ascendente de desemprego e, em consequência, a queda da renda familiar, com o crescente aumento dos preços e gastos, especialmente com energia elétrica, água, produtos alimentícios e o acréscimo da internet para garantir acesso/permanência na universidade. Os (as/ es)

respondentes apontaram tais condições como potencializadoras de conflitos na convivência familiar, bem como afirmaram a recorrência de, segundo seus próprios termos, sofrimentos psíquicos e/ou transtornos mentais, com enfoque na ansiedade e na depressão, adensados durante a pandemia. Estudantes relataram ainda que foram obrigados (as) a trabalhar para complementar a renda familiar ou, em alguns casos, até assumir a provisão das despesas familiares.

Muitas respostas qualitativas demonstraram elevada insatisfação com o (des) governo federal em termos das políticas públicas sociais, com cortes orçamentários, sobretudo na educação, na assistência social e na saúde, a contribuir com o avanço das situações de vulnerabilidades socioeconômicas evidenciadas durante a pandemia.

O primeiro eixo, a delinear o perfil dos (as/ es) discentes e das condições socioeconômicas de suas famílias, enunciam que os/as/es jovens respondentes da pesquisa possuem raça, gênero e classe social a serem reconhecidos e considerados também nas elaborações de políticas públicas a estes destinadas. Em sua maioria declararam-se do sexo feminino, negras e originários da classe trabalhadora/classes subalternas. Suas respostas deixam entrever que "sentem em suas peles, nos bolsos e na saúde mental" os efeitos deletérios da pandemia somados à desproteção social em escala ascendente em tempos de governo "bolsonarismo" (2029-2022). Ao pensar neste grupo de estudantes, a enfrentar interseccionadas situações de vulnerabilidades e opressões, importa salientar um conjunto de não "devir"[4] (LACAZ; LIMA; HECKERT; 2015) que os atravessa e estrutura.

Jovens socialmente classificados "pobres", em acepção socioeconômica e político cultural à brasileira. Bezerra (2015) interpreta criticamente as múltiplas definições de pobreza no Brasil contemporâneo, em especial desnaturalizar as classificações/ nomeações estigmatizantes que designam quem são estes a receber a desqualificação social de "pobre" e morador das margens urbanas (as ditas "periferias"), ainda vigentes no imaginário brasileiro. A citada autora avança em sua interpretação crítica ao enunciar:

> [...] configura-se o peso sociocultural de uma tríplice "desqualificação social" inscrita nestas nomeações contemporâneas para designar moradores de "periferias" brasileiras: ser identificado como pobre vulnerável e/ou em risco social, comumente considerado como "esse povo pobre que só anda atrás das coisas do governo", dependente e incômodo; residir em território de pobreza considerado violento-perigoso, que imprime uma insígnia simbólica negativa e estigmatizante aos seus residentes; tornar-se público preferencial de uma ambígua gestão territorial da pobreza urbana, esboçada entre a garantia precária de assistência social e a reiterada vigilância-punição destes segmentos socialmente classificados "pobres da periferia" (BEZERRA, 2015, p. 300).

4 Pode ser entendido o devir na perspectiva dos/das Lacaz, Lima e Heckert (2015), como um "devir-mulher, devir-criança, devir-periferia seriam focos de liberdade potencializadores de processos de singularização da vida, no sentido de empreender deslocamentos dos estratos representativos que formam nossa sociedade, que podem ou não compor a cada um de nós, que podem ou não compor esses jovens".

Diante do contexto de negação de direitos, chega-se em uma exigência analítica, e não mera abstração, que as juventudes das/nas margens, e não só esse grupo, mas a população empobrecida no Brasil, encontram-se com seus direitos humanos e fundamentais violados cotidianamente. Para além da dimensão socioeconômica, existem as opressões entre os gêneros e as desigualdades raciais, a apontar o fator racial como definidor dos lugares e condições sociais no país. Aspectos estruturantes e estruturais da formação sócio-histórica brasileira, reiteradas nas práticas e no imaginário contemporâneos, a exigir análise crítica e interseccional entre classe, gênero e raça, para fins da garantia de direitos e reconhecimento de cidadania capaz de respeitar diferenças e garantir igualdade e equidade neste país.

No eixo saúde, os aspectos psicológicos/emocionais e físicos se sobressaíram nas respostas dos (as/es) interlocutores (as) desta pesquisa, a apontar os impactos do lockdown e do isolamento/distanciamento social/quarentena, que paralisaram atividades e serviços essenciais e não essenciais, decretados em fases distintas da pandemia de COVID-19. A maioria dos (as/es) respondentes afirmaram não fazer parte de grupo de risco associado à COVID-19, um total de 84,1%. Em contrapartida, 65,4% residiam com alguém do grupo de risco; 96,3% tiveram alguém próximo infectado pela Covid-19; 43,9% perderam alguém próximo em decorrência do vírus. Cabe salientar o enfoque na própria saúde mental, a saber: 58,9% avaliaram como ruim ou péssima e 43% declararam vivenciar sofrimentos psíquicos ou transtornos mentais agravados na pandemia, com destaque para ansiedade e depressão.

Nesse eixo, pode-se entrever que a saúde mental dos (as) interlocutores (as) ficou "comprometida" neste período pandêmico, conforme expressaram em suas respostas às questões abertas, a apontar fatores preponderantes de desestabilização de suas rotinas, quais sejam: sair para trabalhar, mas com medo da contaminação do coronavírus, pela necessidade de se ter dinheiro para as necessidades básicas; o distanciamento de familiares e amigos (as/es); a falta de recursos tecnológicos para participar das aulas *on-line*, além da adaptação e conciliação do ensino remoto com os afazeres domésticos, cuidados com a família, o trabalho, os adoecimentos de familiares, amigos e deles (as) próprias acometidos de COVID-19; o sentimento de luto vivenciado por quem perdeu entes queridos. Aspectos melhor aprofundados a partir da segunda fase da pesquisa realizada em 2022-2023, cujos achados não serão possíveis explicitar neste artigo.

Pode-se apontar que, para essas juventudes "periféricas", a medida de segurança sanitária "Fique em casa!", por norma, não lhes era possível diante das urgências de trabalho e de cuidados com os seus familiares. A recomendação de higienizar as mãos com sabão e gel também pareceu difícil cumprir, pois até água potável faltava para beber e a busca por saciar a fome, para muitos residentes nas margens urbanas, gritava mais alto, antes de pensar no coronavírus. Ainda em meio ao vírus que mata, chegava a segurança armada do Estado, e em nome de *manter a ordem*, assassina a juventude dentro dos seus territórios, dentro de suas casas, segundo alguns respondentes fizeram questão de

enunciar em suas respostas. Pode-se dizer que existem outras pandemias cotidianas, vivenciadas nos territórios periféricos, a serem melhor observadas e consideradas. Essas "outras pandemias" cotidianas parecem fazer parte de um projeto político de morte, e que o governo federal enalteceu, nestes anos de pandemia de COVID-19, a face necrobiopolítica (MBEMBE, 2008; BENTO, 2021) do Estado brasileiro, com armas político-ideológicas e reais apontadas contra os socialmente (des)classificados como desnecessários, inúteis para o poderio hegemônico neoliberal e ultraconservador. E, mesmo, transformados em "corpos matáveis" inscritos às margens do Estado protetivo e submetidos à face evidenciada do Estado penal-punitivo (BEZERRA, 2015) na versão brasileira.

Há um reconhecimento, por parte de significativos intelectuais brasileiros, do quanto é mais desafiante, para as juventudes "pobre, negra e periférica", terem seus direitos garantidos/materializados em suas existências cotidianas. Em especial porque existem determinações sociais estruturantes que inviabilizam determinados grupos e classe sociais a possuírem o direito fundamental de ser/existir, e, por conseguinte, de usufruírem de direitos socioeconômicos básicos. Pode-se perceber melhor essas determinações aqui no Estado do Ceará, na realidade exposta pela nota técnica 02/2021, do Comitê de Prevenção e Combate à Violência, da Assembleia Legislativa do Ceará, construída em parceria com o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente no Ceará (Cedeca/CE), que fazem o monitoramento dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) no Ceará. Nesta nota, destaca-se que, apesar da redução da mortalidade de adolescentes e jovens, ainda são assassinados um por dia neste estado, conforme apontado na citação abaixo:

> A vitimização de adolescentes deu um salto em 2014 e se mantém alta desde então, com um total de 5.585 meninas e meninos de 10 a 19 anos mortos no estado, entre 2014 e junho de 2021, de acordo com dados da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS). Mesmo com uma redução de 35,45% em relação ao mesmo período do ano passado, os seis primeiros meses de 2021 tiveram o registro de 264 adolescentes assassinados, mais de um por dia - precisamente, 1,4 homicídio nesse grupo etário, em média. (p.1)

Nessa imensa complexidade de ser e existir das juventudes, com ênfase das inscritas nas margens urbanas, Dayrell ressalta:

> [...] existem várias maneiras de se construir como sujeito, e uma delas se refere aos contextos de desumanização, nos quais o ser humano é "proibido de ser", privado de desenvolver as suas potencialidades, de viver plenamente a sua condição humana [...] **A dificuldade ainda é maior quando o outro é "jovem, preto e pobre", essa tríade que acompanha muitos dos jovens como uma maldição.** (DAYRELL, 2003, p.44. Grifo das autoras).

No terceiro eixo da pesquisa em foco, relativo ao ensino remoto emergencial e à acessibilidade digital, a relembrar o perfil socioeconômico anteriormente explicitado dos (as) participantes, foram muitos os limites de permanência universitária nesses tempos pandêmicos, conforme enunciaram: 69,2% usavam Wi-Fi para acesso à internet; e 81,3% não consideram viável o ensino remoto, porque a universidade não disponibilizou,

em tempo hábil, as condições infra estruturais necessárias para esse tipo de atividade. Principalmente porque discentes que mais precisavam dos recursos tecnológicos, não possuíam as condições mínimas para acessar as aulas remotas. Assim, 80,4% afirmaram ter suas aulas comprometidas por barulhos externos e 88,8% por falhas na conexão da internet; 94,4% responderam acessar aulas pelo celular; 47,7% compartilhavam o uso do aparelho com outras pessoas da família ou terceiros; 88% sinalizaram que não houve um aprendizado satisfatório durante o ensino remoto; e 64,5% não tinham acesso a nenhuma política de assistência estudantil durante esse tempo pandêmico.

Ao observar as ditas vantagens da globalização, com o avanço da tecnologia entrelaçada à internacionalização capitalista, enfatiza-se o quanto propiciou maior proximidade e interligação virtual, rápido compartilhamento de informações, de momentos e interações, a encurtar distâncias geográficas e reconfigurar tempo e espaço. Porém, junto a este lado, tem-se a outra face deste processo contraditório e desigual do desenvolvimento e mundialização do modo de vida capitalista: cresceram, proporcionalmente, ou até mesmo em maior escala, as desigualdades sociais e a pobreza. É nessa contradição. A considerar as particularidades brasileiras, que se dá o ***não acesso à educação para todos,*** a contrariar o artigo 205, da Constituição Federal de 1988: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

No contexto pandêmico, esse direito à educação foi ainda mais violado para os grupos em situação de precariedade da existência e negação de direitos, que já possuíam várias dificuldades para o acessarem, permanecerem e concluírem seus cursos no ensino superior. As juventudes "periféricas", ao chegarem no ensino superior, encontram desafios similares aos vivenciados no ensino básico (fundamental e médio), acrescidas dos resquícios reiterados do elitismo da universidade em entrecruzamentos com os racismos estrutural e institucional presentes na vida brasileira. Imagina só se as políticas públicas de acesso e permanência ao ensino superior público deixarem de existir neste país? As juventudes das periferias seriam ainda mais socialmente excluídas e invisibilizadas, porque estariam menores as suas possibilidades de ascensão social e transformação de suas trajetórias, a reforçar a precarização de suas existências e a criminalização enquanto horizonte a estas (im)posto.

Conforme a pesquisa "Juventudes, Educação e Trabalho: Impactos da Pandemia nos Nem-Nem", do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV Social, 2020), a população entre 15 a 29 anos cresceu no percentual "nem-nem", jovens brasileiros que estão fora do mercado de trabalho e das instituições educacionais. Tais dados indicam o impacto da pandemia na vida das juventudes, com foco nas "periféricas", fazendo crescer as condições de vulnerabilidades sociais e o não acesso aos seus direitos, aproximando-se, tomadas as devidas diferenciações e abrangências, dos resultados obtidos na pesquisa em foco, a considerar os recortes feitos para fins deste artigo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma dessas conquistas no campo da educação, a ser garantida por sua tamanha importância, enquanto uma das ações de enfrentamento e reparação histórica face à escravização da população negra e, desta feita, à negação de seus direitos/reconhecimento/igualdade e equidade sociorraciais no Brasil, diz respeito às políticas de ações afirmativas, dentre as quais cabe salientar a política de cotas sociais e cotas raciais no ensino superior. Conquista histórica de movimentos sociais, a enfocar as lutas do Movimento Negro Unificado (MNU), que vem oportunizando às juventudes de "baixa renda" e estudantes oriundos de escolas públicas, o ingresso nas universidades, o acesso ao ensino superior. No entanto, o desafio de garantir a permanência universitária destes jovens discentes e a conclusão do ciclo formativo da graduação permanece no horizonte cotidiano das instituições de ensino superior e de todos os atores sociais envolvidos neste campo. Segundo afirmam Andrade, Santos e Cavaignac (2019), não basta só restringir o ensino superior à política de inserção, mas necessita relacionar e ampliar a discussão nos seguintes termos: "a permanência dos estudantes (pobres) nos cursos de graduação presenciais, tendo em vista a necessidade de provimento de suas condições materiais e imateriais, por meio da assistência estudantil." (p. 07).

Ao abordar o assunto de acesso à universidade pública, importa destacar também a importância da Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, que oportunizou a jovens "periféricos", ribeirinhas, quilombolas acessar o ensino superior. Afinal, a considerar o perfil prevalecente de jovens que acessam o ensino superior – pertencentes à classe trabalhadora, em condição de pobreza e negros/as/es (pardos e pretos), aqui considerando a especificidade dos dados desta pesquisa, o conceito de interseccionalidade – enquanto ferramenta teórica e política nos termos de Collins (2017) – parece fecundo para o campo das políticas públicas, em termos de sua formulação, implementação e avaliação. Aqui, portanto, salienta-se que o debate crítico acerca do racismo estrutural (ALMEIDA, 2021) e do racismo institucional, bem como a perspectiva de construção-materialização de projetos de formação profissional antirracista no âmbito universitário, faz-se significativo e urgente. E reafirma a pauta da igualdade racial e das ações afirmativas nos campos do debate público e da política. Para Madeira (2020), a política de igualdade racial, no Brasil, vem das raízes das lutas do movimento negro. O Estado brasileiro é, institucionalmente, "construído como mecanismo para manutenção de um capitalismo dependente, para concentração de riqueza e com base em um racismo estrutural." (MADEIRA, 2020, p.148-149). Para esta autora, as políticas de ações afirmativas são formas de garantir acesso a direitos sociais e ampliar a participação da população marginalizada aos espaços sociais de ascensão social. Como expressão dessa realidade, aqui no Ceará, foi aprovada a Lei nº 16.197/2017, a garantir a implantação do sistema de cotas nas universidades estaduais.

As políticas de acesso à universidade têm dado perspectivas para as juventudes do ensino médio em escolas públicas, que desejam continuar estudando, na ousadia de sonhar com o ingresso na universidade. Traçar estratégias para garantir, além do acesso, a permanência no ensino superior de qualidade, público, gratuito e democrático é desafio e luta constante para que a educação seja, de fato, prioridade e direito materializado. Reforça-se, desta feita, a exigência de fortalecer e ampliar quantitativa e qualitativamente as políticas de acesso e permanência universitária, de maneira a garantir a completude do ciclo formativo destes jovens, resguardando uma formação profissional pública, de qualidade, pluriversal e antirracista.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra; SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães dos; CAVAIGNAC, Mônica Duarte. Ingresso e permanência no ensino superior: a assistência estudantil em debate. In: ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra; SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães dos; CAVAIGNAC, Mônica Duarte (Org.). **Educação em debate:** reflexões sobre ensino superior, educação profissional e assistência estudantil. Fortaleza: EdUECE, 2016.

COMO a covid-19 prejudica o acesso da periferia às universidades. **ESTADÃO EXPRESO**. Rio de Janeiro, 20 jul. 2021. Disponível em: https://expresso.estadao.com.br/naperifa/covid-19-prejudica-o-acesso-da-periferia-as-universidades/ Acesso em: 24 abr. 2022.

BEZERRA, Leila Maria Passos de Souza. **Pobreza e lugar (es) nas margens urbanas:** lutas de classificação em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim. 2015. (Tese de Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza, 2015. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/16654. Acesso em: 6 mar. 2021.

________________________________. **PROJETO DE PESQUISA. VULNERABILIDADES JUVENIS E SUAS ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA UNIVERSITÁRIA EM CONTEXTO DE COVID-19:** narrativas de jovens periféricos discentes da Universidade Estadual do Ceará. Sub Projeto – DIAGNÓSTICO DAS CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADES JUVENIS DE JOVENS PERIFÉRICOS DISCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ EM TEMPOS DE PANDEMIA. Fortaleza-CE, Universidade Estadual do Ceará, 2020.

BEZERRA, Leila Maria Passos de Souza; SILVA, Antonia Viviane. **RELATÓRIO FINAL DE PESQUISA – DIAGNÓSTICO DAS CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADES JUVENIS DE JOVENS "PERIFÉRICOS" DISCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ EM TEMPOS DE PANDEMIA.** Fortaleza-CE, Universidade Estadual do Ceará, 2021.

BRASIL perde cinco posições no ranking mundial de IDH, apesar de uma leve melhora do índice. **G1**, Fortaleza, 15 ago. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/12/15/brasil-perde-cinco-posicoes-no-ranking-mundial-de-idh.ghtml Acesso em: 22 jun. 2021.

CENTRO DE PESQUISAS SOCIAIS - FGV. **Juventudes, Educação e Trabalho:** Impactos da Pandemia nos Nem-Nem. Disponível em: https://cps.fgv.br/pesquisas/juventudes-educacao-e-trabalho-impactos-da-pandemia-nos-nem-nem. Acesso em: 9 Ago. 2021.

COLLINS, Patricia Hill. **Se perdeu na tradução?** Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. Parágrafo. Jan/Jun, 2017. V. 5, nº1, 2017.

COMITÊ CEARENSE PELA PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA. CADA VIDA IMPORTA **Apesar de redução, mais de um adolescente assassinado por dia no Ceará no ano do 31º aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente.** Fortaleza, Ceará: [s. n.], 2021.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, set./dez. 2003.

DESENVOLVIMENTO humano cai pela primeira vez desde 1990 em meio à pandemia de coronavírus. **EL PAÍS**, Madri, 21 mai. 2020.

ÍNDICE de Desenvolvimento Humano 2020 revela como o planeta sustenta os países mais ricos **EL PAÍS**, Espanha, 15 dez. 2020. Disponível em: https://brasil.elpais.com/sociedad/2020-12-15/indice-de-desenvolvimento-humano-2020-revela-como-o-planeta-sustenta-os-paises-mais-ricos.html Acesso em: 22 jun.2021.

LACAZ, A. S.; LIMA, S. M.; HECKERT, A. L. C. Juventudes periféricas: arte e resistências no contemporâneo. **Psicologia Social**. v. 27, n.1, Belo Horizonte, jan./abr. 2015. p. 58-67.

MADEIRA, Maria Zelma de A. Política de igualdade racial na realidade cearense. Revista **EM PAUTA**, Rio de Janeiro. 1o Semestre de 2020 - n. 45, v. 18, p. 148 – 164.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

FAMILIA E SUAS NOVAS CONFIGURAÇÕES: DA SEPARAÇÃO A MONOPARENTALIDADE

Data de aceite: 01/03/2024

Millana da Nobrega e Souza
Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e pós-graduada em Gestão em Saúde Pública pela Universidade Candido Mendes (UCAM) e também, pós-graduada em Trabalho Social com Famílias e Sociedade pelo Centro Universitário Venda Nova do Imigrante (UNIFAVENI)

RESUMO: A família e seus diferentes modelos possuem atenção especial das políticas sociais do Estado, as quais garantem proteção social aos seus membros e indivíduos, visto que sua dinâmica cotidiana além de possuir caráter protetor, também é perpassada por conflitos. Um desses conflitos que se pode mencionar, é a separação dos cônjuges que vem afetar os moldes da família gerando uma nova configuração: a monoparentalidade que é formada por uma pessoa sem cônjuge, que vive com um ou mais filhos. O objetivo deste trabalho é abordar este tema de forma breve e clara, mas que permita ao leitor o entendimento da importância de se discutir este assunto.

PALAVRAS-CHAVE: Família, Proteção Social, Separação, Monoparentalidade.

INTRODUÇÃO

O presente escrito vem expor os diferentes moldes que a base familiar vem ganhando ao longo do tempo, de forma a questionar essa nova constituição visto que, para a sociedade ainda tem o conceito naturalizado de família como um núcleo composto por pai, mãe e filhos. Entretanto, os modelos monogâmicos crescem e, a cada dia, fazem parte dessa nova configuração, novos arranjos de família e de conjugalidade.

O enfoque principal neste trabalho se dá na transição que a família enfrenta do divórcio a uma nova configuração em seu seio: a monoparentalidade. Assim, discorre-se sobre as razões do divórcio e quais os tipos de enfrentamentos pelos quais passam pessoas, bem como seus filhos/as, estabelecendo assim um novo modelo familiar, a monoparentalidade.

Levando em conta a importância deste novo modelo familiar, problematizar as principais leis que asseguram esta nova família como também, as leis de guarda das crianças, é de fundamental importância.

Os principais autores estudados para este trabalho foram: Brito (2005), Bock (2002), Lakatos (2014), Paulino (2006) e Witzel (2013), pois seus estudos a respeito do tema foram de grande importância para a construção deste trabalho.

A FAMÍLIA E SUAS RAMIFICAÇÕES COMO OBJETO DA CENTRAL DA PROTEÇÃO SOCIAL

A família ao longo dos anos, tornou-se o núcleo central de referência nas políticas sociais, a exemplo da política de assistência social, a qual é parte integrante da seguridade social brasileira juntamente com as políticas de saúde e previdência social, as quais visam a garantia e efetivação dos direitos da população através da Constituição Federal de 1988.

A assistência social é uma política não contributiva e seletivista pelo caráter da necessidade, ou seja, a proteção socioassistencial só será prestada a quem dela necessitar. Especificando um pouco mais, terá acesso às ações socioassistenciais as famílias e os indivíduos que se encontrem em estado de vulnerabilidade social, risco social e violação de direitos[1], ocasionados em grande parte pela baixa situação econômica (pobreza e extrema pobreza) e suas expressões derivadas.

Esta política pauta-se em sua lei específica, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) Nº 8.742/93 que possui o objetivo de regulamentar os Art. 203 e 204 da Constituição Federal. Vale destacar dois grandes marcos dentro da assistência social, que são a elaboração e aprovação em 2004, da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) com o intuito de implementar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que ocorreu no ano de 2005. É importante salientar que apesar do avanço descrito no texto da PNAS, a política de assistência social sofre diversos ataques de ideais neoliberalistas, desestruturando-a devido à retração do Estado na garantia dos direitos sociais.

O SUAS é o sistema nacional de gestão da política de assistência social com a finalidade de proteção social dos indivíduos e das famílias. É estruturado pelos entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) e seus respectivos conselhos de controle e participação social, bem como pela rede socioassistencial pública e/ou privada. Nele permite-se a participação dos indivíduos para se discutir, avaliar e monitorar as ações da política pública de assistência social, pois é através do território que acontece essa aproximação entre a população e a política. É somente no marco do SUAS, pós-LOAS que a política pública de assistência social conseguiu ter a dimensão da proteção social, consolidando-se de fato no âmbito da proteção social da seguridade social brasileira.

Diante da breve explanação sobre a política de assistência social e seus aparatos legais que lhe dão de suporte, podemos compreender que a família e todas as suas configurações e

1 Segundo à PNAS (Brasil, 2004), o indivíduo vulnerável socialmente é aquele que está pré-determinado e/ou exposto a algo, onde se encontra com o elo familiar e comunitário parcialmente rompido possuindo precariedade, nulidade, ausência de renda potencializada. O risco social é a complexificação de tais situações e o elo familiar e comunitário é parcialmente ou totalmente rompido. A violação de direitos é quando existe a negação e a restrição do acesso aos direitos básicos que uma pessoa possui, onde a mesma pode encontrar-se com o elo familiar e comunitário totalmente rompido.

formatos converte-se em objeto central no âmbito da proteção social por se configurar como um espaço contraditório, visto que, no seio da familiar também ocorre conflitos e desigualdades que necessitam da intervenção das políticas sociais (BRASIL, 2004).

O modelo tradicional de família é constituído de um casal heterossexual, como se sabe. Esse modelo estrutural, até hoje, é considerado como o ideal para a sociedade visto que, esta família vem adquirindo novas configurações ainda consideradas desestruturantes e problemáticas em uma concepção moralista da sociedade. Para compreendermos as variações na concepção de família, e sua função no meio coletivo (a família é uma instituição social) e a produção de subjetividade que se dá em seu núcleo, é necessário (como sempre!) recorrer à história. (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2002).

As primeiras famílias históricas constituíam-se de diversificadas formas e se organizavam, sem um molde ou "orientação" ideal. De acordo com Bock; Furtado e Teixeia (2002, p.248).

> Pesquisas realizadas pelo antropólogo americano L. H. Morgan (1818 – 1881) demonstraram que, desde a origem da humanidade, houve, sucessivamente: a família consanguínea, a família punaluana, a família sindiásmica, a família patriarcal e a família monogâmica.

Portanto, percebe-se que a família não é uma organização natural, pois no transcorrer da história, o ser humano e as mudanças sociais organizam uma parentela de acordo com suas funções sociais. É através destas mudanças sociais, culturais e econômicas que a família, seja ela qual for, possuindo um modelo tradicional (heterossexual) ou não, irá sempre passar por intensas transformações dentro do seu seio familiar, produzindo assim, pessoas muito mais diversificadas que irão aflorar sem muitas dificuldades as suas peculiaridades se compararmos com as famílias de uns 40 anos atrás.

A CONTRIBUIÇÃO DA FAMÍLIA PARA O DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DA CRIANÇA NUMA PERSPECTIVA MAIS PSICOLÓGICA

Para o psicanalista francês Jaques Lacan (1987), em "Os Complexos Familiares", a família preside os processos fundamentais do desenvolvimento psíquico da criança. São eles: a primeira educação, a repressão do desejo e a aquisição da linguagem.

Quando um indivíduo nasce é natural e instintivo que ele se espelhe em seus genitores, tomando-os como modelos de comportamento em quase todos os sentidos. É notável que mesmo antes de uma criança nascer, os pais em questão condicionem seu filho a "agir" de acordo com seu sexo biológico, como decorando o quarto de azul ou rosa ou dando brinquedos como carrinhos ou bonecas. Estes são os primeiros modelos de conduta que a sociedade impõe aos pais, ensinar a seus filhos o que é ser homem e o que é ser mulher. É perceptível que não existe uma imparcialidade quanto ao gênero. Isto caracteriza a primeira educação que a criança recebe.

Segundo Bock, Furtado, Teixeira (2002) quando a criança nasce, encontra-se em uma indeterminação com o mundo – não existe mundo externo (o outro) nem interno (o eu). O mundo, nesta primeira fase da vida, significa a mãe. A mãe será a pessoa de principal importância para o desenvolvimento da criança, pois a ligação entre eles é de forma tão intensa que, o pequenino não sentirá a necessidade de que outra pessoa satisfaça suas necessidades. Deverá ser da mãe (principalmente por este elo) ou do pai, que a criança comece a escutar o tão doloroso e difícil "NÃO" que os pais dizem aos seus filhos. É neste momento que ocorrerá as primeiras vivencias de frustações da criança. Em nossa cultura, fica claro que os pais possuem o "direito" de reprimir e/ou proibir seus filhos quanto a seus impulsos agressivos ou obtenções de prazer.

Quanto a aquisição da linguagem, a criança necessita de algum tipo de linguagem para se situar no mundo e de apoderar-se dele. Portanto, a linguagem se tornará o principal meio de comunicação que ela possuirá para se relacionar com os outros e com si própria, dando sentido a tudo o que ocorre ao seu redor e possibilitando uma compreensão mais fácil da realidade a qual está inserida.

Contudo, para Lakatos e Marconi (2014, p.172)

> A família constitui a base da estrutura social, onde se originam as relações primárias de parentesco. Todavia, a família elementar é bastante efêmera. À medida que os filhos crescem e deixam o lar, o grupo familiar diminui; eventualmente, pode desaparecer com a morte dos pais.

COMO A SEPARAÇÃO DO CASAL VEM AFETAR OS MOLDES DA FAMÍLIA

A importância da família não está apenas na formação de desenvolvimento da criança, mas também no processo de separação familiar. O fato de o casal enfrentar a ação judicial de separação desencadeia, de forma bastante notável, um desgaste físico e psicológico para eles, o que acaba afetando também mesmo que de forma involuntária os filhos, fazendo com que grande parte deles desenvolva problemas como a agressividade, a depressão, a queda no rendimento escolar entre outros.

Segundo Davidoff (2001, p.480)

> O divórcio geralmente causa estresse e pobreza em uma única tacada. Logo depois do divórcio, a vasta maioria dos indivíduos sente-se extremamente solitária, deprimida e isolada. Ao mesmo tempo que anseiam por uma ligação profunda, eles se sentem incompetentes. As mães frequentemente se sentem presas aos filhos e os pais frequentemente se sentem excluídos da vida da família.

Os filhos têm sido apontados como os membros da família que mais sentem a separação, mesmo quando esta escolha é reconhecida de forma unanime como a melhor escolha para um casal. Porém, nem sempre a separação se tornará algo de sofrimento para a criança. Segundo vários psicólogos, as crianças não se sentem mais traumatizadas

com a separação dos pais e muitas vezes se sentem aliviadas, por não ter que presenciar mais os conflitos que eram constantes em sua casa, mas isso não implica dizer que eles não sintam a falta da família unida.

A separação conjugal faz com que pais e filhos passem por uma adequação em relação à nova configuração familiar, a busca por entender o desenvolvimento e o choque que o divórcio traz consigo é o de compreender as alterações decorrentes da idade, pois quanto maior o desenvolvimento mental da criança maior será a aceitação.

Para Brito (2014)

> Uma das principais dificuldades encontradas pelo ex casal após a dissolução conjugal é o desempenho dos papéis parentais, pois na maioria das vezes a guarda do filho fica com a mãe, o que acarreta várias dificuldades nessa formação pois a mãe vai ficar sobrecarregada com as funções de sustentar a casa, educação, o que vai influenciar em um distanciamento não só o paterno como também o materno.

O processo de parentaliedade na vida dos ex-cônjuges é essencial na vida dos filhos, em razão dos cuidados que sua prole precisa, para as reformulações e adaptações da família quanto hábitos, rotina, entre outros. Porém há uma dificuldade no divórcio em separar: conjugalidade e coparentalidade, em relação a responsabilidades com os filhos. A coparentalidade trata-se, portanto, de um interjogo de papéis que se relaciona com o cuidado global da criança, incluindo valores, ideais, expectativas que são dirigidas à mesma, numa responsabilidade conjunta pelo bem-estar desta (FEINBERG, 2002; VAN EGEREN & HAWKINS, 2004). Dessa forma, identificamos que a coparentalidade quando é compartilhada após o divórcio, garante uma boa relação, além de um grande avanço com os filhos.

DO DIVÓRCIO A UM NOVO MODELO FAMILIAR: A MONOPARENTALIDADE

Com as transformações da sociedade, a família vem adquirindo novas entidades familiares, desde a constituição de 1988 que adequou a legislação a nova realidade, garantindo uma maior legitimação aos casais que eram considerados com "ilegítimos" de acordo com o Código Civil de 1916.

Após o divórcio fica claro que um dos adultos (na maioria das vezes a mulher) fica com os filhos, o que acaba gerando um novo modelo de família chamado de monoparentalidade. Então, entende-se assim que a monoparentalidade é uma nova configuração de família, formada por uma pessoa sem cônjuge, que vive com um ou mais filhos. É perceptível uma maior vulnerabilidade neste modelo familiar, pois os cuidados e as responsabilidades que o adulto possuirá perante seus filhos serão redobrados.

Estas novas configurações familiares surgem em meados da década de 70, quando a união afetiva dos indivíduos ganha um novo significado de acordo como o contexto histórico dessa época, pondo um fim a um único modelo de família patriarcal, e dando um

início de igualdade entre a mulher e o homem no âmbito familiar. Esse modelo familiar se torna visível no decorrer dos últimos vinte anos influenciados por diversos fatores.

A família monoparental já possui reconhecimento como família natural perante a Constituição Federal de 1988, em que diz em seu art. 226, § **4º** "Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes" recebendo assim, proteção especial do Estado.

Vale ressaltar que, a família monoparental possui vários tipos de configurações, podendo ser formada por pais divorciados, por pais solteiros que criam seus próprios filhos ou quando adotam, por pais viúvos e por mulheres que optam em fazer inseminação artificial porque não abrem mão da maternidade. No contexto da família monoparental formada a partir de um divórcio, o Estado vai avaliar qual dos pais estará apto a ter a guarda da criança. Considerando a legislação apresentada no Código Civil que está em vigor desde janeiro de 2003, que determina:

> Art. 1.583 – a guarda será unilateral ou compartilhada.
>
> § 1° Compreende-se por guarda unilateral a atribuída a um só dos genitores ou a alguém que o substitua e, por guarda compartilhada a responsabilização conjunta e o exercício de direitos e deveres do pai e da mãe que não vivam sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar comuns.
>
> § 2° A guarda unilateral será atribuída ao genitor que revele melhores condições para exercê-la, objetivamente, mais aptidão para propiciar aos filhos os seguintes fatores:
>
> I- Afeto nas relações com o genitor e com o grupo familiar;
>
> II- saúde e segurança;
>
> III- educação.
>
> § 3° A guarda unilateral obriga o pai ou a mãe que não a detenha supervisionar os interesses dos filhos.

Portanto, independente dos arranjos familiares que venham a se formar após uma separação conjugal, a guarda dos filhos ficará com aquele genitor que garanta segurança e as melhores condições de desenvolvimento afetivo, intelectual e social para os filhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do conteúdo exposto, a constituição biparental passa por transformações no cenário da contemporaneidade; desse modo é inevitável o surgimento de novas entidades familiares no seio da sociedade, porém a mesma que era considerada "ilegítima" tanto pela sociedade quanto pelo poder jurídico, teve a sua configuração aceita apenas com a Constituição de 1988 assegurando seus direitos sociais.

A família monoparental brasileira vem aumentando por vários motivos, desde a viuvez ao divórcio, aspectos econômicos e sociais, desse modo, a legalização advinda da Constituição de 1988 vem trazer o reconhecimento dessa entidade aos grupos sociais,

garantindo seus direitos e deveres como as demais famílias, desmistificando um caráter de “marginalização” a essa composição importante que se intensifica a cada dia no meio social.

É importante destacar a importância da presença paterna e materna para o desenvolvimento psico-social dos filhos, que na maioria das vezes são afetados pelo divórcio dos pais, acarretando traumas de cunho psicológico. Na nova constituição monoparental há um distanciamento de um dos pais e consequentemente um abandono afetivo. Assim, a família monoparental antes de tudo deve se constituir da coparentalidade de ambos ex-cônjuges, para o bem-estar de seus descendentes e da nova estrutura intrafamiliar formada.

REFERÊNCIAS

BOCK, Ana Mêrces Bahia. **Psicologia**: uma introdução ao estudo de psicologia/Ana Mêrces Bahia Bock, Odair Furtunato, Maria de Loudes Trassi Teixeira. – 13. ed. reform. e ampl. – São Paulo: Saraiva, 2002.

BRASIL. Código Civil (2002). **Código civil brasileiro e legislação correlata**. – 2. ed. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal.

BRITO, L. M. T (2014). **Rupturas Familiares**: Olhares da Psicologia Jurídica In.D. M Bronjenbrenner, u. (2005). Making Human Beings Humans. Thousand o ask. SAGE.

DAVIDOFF, Linda L. **Introdução à Psicologia**: Terceira Edição. São Paulo: Pearson Markron Books, 2001.

DIAS, Maria Berenice. **Família homoafetiva**. Revista *Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades* 2.03 (2012). Disponível em: <http://www.periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2282/1715>. Acesso em: 09 abr. 2016.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 7ªed. Forense Universitária: Rio de Janeiro, 2008ª

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 17ªed. Edições Loyola: São Paulo, 2008b

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**/Antonio Carlos Gil – 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

GRYBOWSKI, L. S, & WAGNER, A. (2010). **A Casa do Pai, Casa da Mãe**: A coparentalidade após o divórcio. Psicologia: Teoria e Pesquisa (77-78)

LACAN, Jaques. **Os complexos Familiares**. Rio de Janeiro, Zahar, 1987.

LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia geral**/Eva Maria Lakatos, Marina de Andrade Marconi – 7.ed. rev. E ampl – 13. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2014.

LEI ORGÂNIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (**LOAS**) [recurso eletrônico]: Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, e legislação correlata. – 3. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016. – (Série legislação; n. 221)

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 14. ed. – São Paulo: Atlas, 2003.

PAULINO, Emanuelle Cristina. **Separação conjugal.** Entrevista concedida à EPTV – São Carlos pela psicóloga Emanuelle Cristina Paulino. (2006). Disponível em: <http://ipc.psico.net/separacao-conjugal/> Acesso em: 21 abr. 2016.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. 11. ed. Rio de Janeiro, 1996. V. 5.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – **PNAS**, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, e publicada no Diário Oficial da União – DOU do dia 28 de outubro de 2004.

ROMARO, Rita Aparecida, and P. E. C. L. Oliveira. **Identificação das queixas de adultos separados atendidos em uma clínica-escola de psicologia**. Psicologia Ciência e Profissão 28.4 (2008): 780-793. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v28n4/v28n4a10> Acesso em: 22 mar. 2016.

SANTANA, Rita de Cácia Hora. **Família Monoparental**: Na sociedade contemporânea: Breves reflexões. V EPEAL. Pesquisa em Educação: Desenvolvimento, Ética e Responsabilidade Social. Disponível em: <http://dmd2.webfactional.com/media/anais/FAMILIA-MONOPARENTAL-NA-SOCIEDADECONTEMPORANEA-BREVE-REFLEXÕES.pdf> Acesso em: 22 mar. 2016.

SILVA, Sílvia Maria Alencar, MILANEZ Nilton. **O discurso sobre a família na mídia – outros modelos, a mesma história**. 2 Jornada Intencional de estudos do discurso)1 encontro Internacional da imagem do discurso. Edição 2012

WITZEL, Ana Claudia Paes. **Família monoparental como entidade familiar na Constituição Federal**. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 18, n. 3519, 18 fev. 2013. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/23739>. Acesso em: 19 mar. 2016.

YUNES, Maria Angela Mattar, NARJARA, Mendes Garcia, and B. de M. Albuquerque. **Monoparentalidade, pobreza e resiliência**: entre as crenças dos profissionais e as possibilidades da convivência familiar. Psicologia: Reflexão e crítica 20.3 (2007): 444-453. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v20n3/a12v20n3> Acesso em: 22 mar. 2016.

CAPÍTULO 3

HISTÓRIA E MEMÓRIA – UM DESAFIO DE DECOLONIALIDADE A PARTIR DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS

Data de aceite: 01/03/2024

Willame Carvalho e Silva
http://lattes.cnpq.br/2227887219640956
https://orcid.org/0000-0002-8974-1619

Raimundo Lenilde de Araújo
http://lattes.cnpq.br/7741473553613369
https://orcid.org/0000-0002-5491-0996
https://www.cienciavitae.pt/portal/9A12-7BD0-974A

RESUMO: Pensar o acesso e permanência no Ensino Superior é um desafio tanto para quem entra, enquanto estudante ingressante em uma Instituição de Ensino Superior, como para quem pensa a Política Pública de acesso ao ensino superior de pessoas que se encontram excluídas dos muros das universidades/faculdades. Um outro debate que repercute na literatura sobre essa temática consiste no fato de que parcelas da sociedade historicamente marginalizados são também os que mais vivenciam a precariedade educacional, sobretudo, em razão de uma gestão classista e racista destinada aos recursos que permeiam esse sistema. O presente estudo pretende descrever o percurso teórico-metodológico do PROUNI destacando aspectos envolvendo sua contribuição para o processo de decolonização, ou seja, até que ponto a Política Pública PROUNI contribui para romper com o ideal de mérito como única forma de acesso ao ensino superior, promovendo ações afirmativas de acesso à Instituições de Ensino Superior, a partir de bolsas a jovens com renda de até 1,5 sm per capita. Trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa realizada via levantamento bibliográfico, documental e com uso de dados colhidos do Ministério da Educação (MEC) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), sobre a temática, orientada pela abordagem epistemológica decolonial. Constatou-se a importância do Programa Universidade para Todos no contexto histórico, analisando número, modalidade de bolsas (parcial ou integral), turno dos cursos e a distribuição por Região, desde sua criação, em 2005 até 2020, apresentando um viés de decolonialidade, uma vez que ele contribui de forma significativa para o aumento do acesso de estudantes ao ensino superior, contribuindo para o projeto de construção de cidadanias decoloniais que privilegiam, dentre outros aspectos, a ruptura com as lógicas de poder e subalternização. Conclui-se que a política afirmativa, em questão, é imprescindível

para a promoção do direito à educação no Brasil. O Programa Universidade para Todos, no contexto pesquisado, pode ser considerado um bom programa de inserção ao ensino superior de jovens oriundos das classes populares.
PALAVRAS-CHAVE: História e Memória. Expansão do Ensino Superior. Inserção. Democratização do Ensino Superior.

INTRODUÇÃO

Para Walter Mignolo (2017), colonialidade nomeia a "lógica subjacente da fundação e do desdobramento da civilização ocidental desde o Renascimento até hoje, da qual colonialismos históricos têm sido uma dimensão constituinte, embora minimizada (MIGNOLO, 2017).

Pensar o acesso e permanência no Ensino Superior é um desafio tanto para quem entra, enquanto estudante ingressante em uma Instituição de Ensino Superior, como para quem pensa a Política Pública de acesso ao ensino superior de pessoas que se encontram excluídas dos muros das universidades/faculdades, por conta do contexto social, econômico e político, como renda, escolaridade, profissão do pai e da mãe, sexo etc. Como destaca Galvão e Lopes (2010): "Muito do que ocorre no universo da educação ainda é pouco conhecido pelos pesquisadores – e mesmo pelos professores" (GALVÃO; LOPES, 2010, p. 11).

A ideia do projeto da expansão e interiorização da educação superior a partir de políticas públicas como o PROUNI, visa romper com o que Aníbal Quijano (2005), chama de "colonialidade do poder", na qual os excluídos já internalizaram sua própria exclusão.

Um outro debate que repercute na literatura sobre essa temática consiste no fato de que parcelas da sociedade historicamente marginalizados são também os que mais vivenciam a precariedade educacional, sobretudo, em razão de uma gestão classista e racista destinada aos recursos que permeiam esse sistema. Diante disso, não se pode negar que os marcadores classistas e étnico-raciais se tornam um ponto crucial para a consolidação de uma situação de vulnerabilidade social, fazendo emergir importantes debates e tentativas de atenuar as consequências dessa situação (ALMEIDA, 2019**).**

O ProUni foi instituído pela Lei 11.096, em janeiro de 2005 pelo Governo Federal e constitui-se de uma política pública de acesso à Educação Superior, oportunizando educação superior a estudantes de baixa renda ou com poucas possibilidades de ingresso, a partir de concessão de bolsas de estudos integrais e parciais em cursos de graduação em instituições de ensino superior privadas, recebendo em contrapartida a isenção de tributos por parte do Governo Federal (BRASIL, 2005).

O presente estudo pretende descrever o percurso teórico-metodológico do PROUNI destacando aspectos envolvendo sua contribuição para o processo de decolonização, ou seja, até que ponto a Política Pública PROUNI contribui para romper com o ideal de mérito como única forma de acesso ao ensino superior, promovendo ações afirmativas de acesso à Instituições de Ensino Superior, a partir de bolsas a jovens com renda de até 1,5 sm per capita.

Pretende-se apresentar também, no presente estudo as memórias que se constitui a partir dos dados obtidos no Programa Universidade para Todos, visando uma compreensão de como tais políticas públicas pode ser promotora de inclusão de grupo ou classes, rompendo com relações de ocultação e dissimulação, próprio da violência simbólica, apresentado por Bourdieu (2007), como arbítrio cultural, em que há uma naturalização e perpetuação da exclusão.

As políticas públicas atuam como meio que impulsiona a ação governamental mediante planos, programas, projetos, bases de dados ou sistemas de informação e pesquisas e são programadas e desenhadas por meio de alguns estágios, quais sejam: (i) definição de agenda; (ii) identificação de alternativas; (iii) avaliação das opções; (iv) seleção das opções; (v) implementação e (vi) avaliação dos resultados **(**SOUZA, 2006**,** p. 26-29). A partir da corroboração de que a desigualdade educacional no Brasil é evidente e latente, esta pesquisa também se centra no sexto estágio (vi) do ciclo das políticas públicas **(**BRASIL, 2012**).**

A Avaliação de Resultados ou desempenho são os "produtos" do programa, previstos em suas metas e derivados do seu processo particular de "produção" (DRAIBE, 2001). Esse tipo de avaliação é importante, pois permite avaliar os resultados e/ou impactos esperados pela política, além de possibilitar uma revisão dos produtos que estão sendo oferecidos, provocando um melhoramento da oferta da entrega dos serviços e produtos que chega ao público-alvo (CAPELLA, 2018).

Pretendeu-se, no presente estudo, realizar um levantamento dos resultados obtidos a partir dos dados do Censo de Educação Superior no período de 2005 a 2020, em uma análise de métodos multicritérios, no que tange ao público que teve acesso às bolsas ProUni no Brasil, e avaliar se o programa vem cumprindo seus propósitos que é oportunizar, por meio da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas de ensino superior, a estudantes que possuem renda per capita igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (bolsas integrais) e igual ou inferior a 3 salários-mínimos (bolsas parciais) e que concluíram o ensino médio em escolas públicas ou ainda que cursaram o ensino médio em escolas particular de ensino com bolsas integrais.

Portanto, o presente trabalho visa apresentar sua contribuição para a ampliação das análises dos resultados do ProUni na inclusão social e colaborar com a produção científica acerca do tema.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa realizado via levantamento bibliográfico, documental e com uso de dados colhidos do Ministério da Educação (MEC) e Instituto Nacionalde Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), sobre a temática, orientado pela abordagem epistemológica decolonial.

As fontes documentais da pesquisa são essencialmente as bases em dados oficiais, a partir dos Dados Abertos do Governo Federal no período de 2005 a 2020. O levantamento de dados foi obtido por meio de microdados do Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Para avaliação do ProUni no Brasil, no período de 2005 a 2020, foram levantadas informações do público que teve acesso às bolsas ProUni, abordando aspectos relacionado à tipo de bolsa, turno, modalidade de ensino e outros dados que irão proporcionar uma visão sobre o programa e seus resultados no contexto do país, no que tange aos seus propósitos.

Os dados foram analisados de forma agregada e descritiva utilizando os Elementos Primários de Avaliação (EPAs), além da análise dos dados do Censo Educacional da Educação Superior (BRASIL, 2022), os quais foram tabulados e expostos em forma de tabelas e gráficos além de estudo dos documentos regulatórios, leis e demais instrumentos da educação pública para esse nível de ensino para realizarmos as avaliações de Pontos de Vista Fundamentais (PVFs).

O texto estrutura-se da seguinte maneira: no primeiro momento apresenta-se a decolonialidade e educação superior, no segundo momento será apresentado um histórico de como foi realizado o processo de acesso ao ensino superior seguido da origem e os objetivos do ProUni; O terceiro momento do artigo será a apresentação dos Resultados e Discussões e por conseguinte, a Conclusão.

Os dados obtidos na presente pesquisa permitiram gerar informações para avaliação dos resultados do ProUni dentro do período pesquisado.

DECOLONIALIDADE E EDUCAÇÃO SUPERIOR

O Saber Acadêmico surge com fortes traços de colonialidade, já no Brasil Colônia, antes da chegada da família real em 1.808, no Brasil. Os fazendeiros, filhos da elite branca, já enviavam seus filhos para estudarem em Coimbra, visando manter a hegemonia do saber para os poucos privilegiados, num mundo de analfabetos. O Eurocentrismo já era uma realidade, mantendo seu domínio nos séculos seguintes, perpetuando a exclusão, a exploração e a dominação do branco em relação aos colonos índios, negros e pardos. A Europa, desde então, desfrutava de vantajosa posição de poder, constituiu-se numa espécie de 'padrão de referência' à produção, legitimação e difusão dos conhecimentos, não apenas no Brasil, como nas demais partes do mundo (LEITE; RAMALHO; CARVALHO, 2019). Como afirma Quijano (2014**,** p.52):

> [...] de la misma manera, no obstante que el colonialismo político fue eliminado, la relación entre la cultura europea, llamada también 'occidental', y las otras, sigue siendo una relación de dominación colonial. No se trata solamente de una subordinación de las otras culturas respecto de la europea, en una relación exterior. Se trata de una colonización de las otras culturas, aunque sin duda en diferente intensidad y profundidad segundo los casos. Consiste, en primer término, en una colonización del imaginario de los dominados. Es decir, actúa en la interioridad de ese imaginario. En una medida, es parte de él. Eso fue producto, al comienzo, de una sistemática represión no sólo de específicas creencias, ideas, imágenes, símbolos o conocimientos que no sirvieran para la dominación colonial global. La represión recayó, ante todo, sobre los modos de conocer, de producir conocimiento, de producer perspectivas, imágenes y sistemas de imágenes, símbolos, modos de significación; sobre los recursos, patrones e instrumentos de expresión formalizada y objetivada, intelectual o visual. Fue seguida por la imposición del uso de los propios padrones de expresión de los dominantes, así, como de sus creencias e imágenes referidas a lo sobrenatural, las cuales sirvieron no solamente para impedir la producción cultural de los dominados, sino también como medios muy eficaces de control social y cultural, cuando la represión inmediata dejó de ser constante y sistemática.

Com a chegada da família real portuguesa no Brasil, poucos foram as faculdades implementadas, porém restritas para brancos e ricos, uma seleta elite branca dominante, alheia à exploração porque sofriam os pretos, pardos, indígenas e demais excluídos.

A ideia de igualdade de oportunidade nunca esteve presente no dicionário do Brasil Colônia, Brasil Império e Brasil República. Sob a lógica da meritocracia, séculos de exclusão contra índios e negros foi consolidado até a Constituição de 1.988, onde uma leve brisa de igualdade e promoção de oportunidade aos sempre excluídos surge a partir de pequenas iniciativas de políticas de inclusão, a começar pela educação, onde afirma que o processo de inclusão na educação deverá ocorrer enquanto um bem comum, sem preconceito de raça, idade, cor, sexo ou qualquer outra forma de discriminação.

A necessidade de romper com um passado eurocêntrico hegemônico de exclusão, exploração e negação de direitos, às culturas e povos subalternizados (LEITE; RAMALHO; CARVALHO, 2019) vão se constituindo espaços de oportunidades para o acesso ao ensino superior, tornando-se assim uma ferramenta estratégica para o processo de decolonização. Políticas públicas foram se construindo nos espaços educacionais enquanto sistema cultural, promovendo um enfrentamento entre aqueles que sempre tiveram acesso ao ensino superior (burguesia) e aqueles moldados para trabalho manual (proletariado), rompendo com a retórica colonilista e promovendo uma revolução silenciosa entre o público privado de educação superior (LEITE; RAMALHO; CARVALHO, 2019).

Ações efetivas foram pensadas e implementadas ao longo dos últimos anos para a promoção de políticas públicas voltadas para inserção de jovens das classes populares nos bancos escolares do ensino superior, com destaque às seguintes:

a. Financiamento Estudantil, fortemente incrementado durante o governo FHC (1994 -2002), que permitiu a inserção de jovens das classes populares nas vagas disponíveis para um público até então não acessível ao ensino superior;

b. Programa Universidade para Todos, implementado no ano de 2005, ampliou fortemente o acesso das classes populares ao ensino superior privado, ofertando aos jovens com renda per capita de até 1,5sm bolsas integrais;

c. Políticas de Cotas, instituída através da Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, reservando no mínimo 50% das vagas das instituições federais de ensino superior para estudantes que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas, sendo que 50% de tais vagas deveriam ser reservadas a estudantes oriundos de família com renda igual ou inferiro a 1,5 sm per capita.

HISTÓRIA E MEMORIA - PROUNI

Para o estudo sobre expansão do ensino superior, no contexto da decolonialidade, é necessário compreender a importância a história para a apropriação da realidade e sua transformação. Galvão e Lopes (2010), destacam que:

> O historiador debruça-se sobre esse passado e extrai dele lições para o presente e para o futuro. Junto com outras formas de explicação da realidade, a história tem contribuído para que entendamos melhor o que o presente nos coloca como problemas: um gesto, um modo de pensar, uma maneira de se comportar, uma forma de agir. A história nos permite ver que, em outros lugares, em outras culturas e em outras épocas, ou aqui perto de nós, a educação (de modo geral) e a escola (em particular) têm se transformado, mas mantêm elementos que, surpreendentemente, são os mesmos de um século atrás" (GALVÃO; LOPES, 2010, p.12).

Os 15 anos de história do Programa Universidade para Todos traz informações e experiência de uma política pública importante e necessária para o processo de expansão deespaços para público privado de ensino superior com regularidade, que são as classes populares até então excluídas dos espaços de educação superior, por conta do princípio da meritocracia, onde a elite branca sempre teve acesso a todos os meios legais de se apropriar do saber. A história recente permite uma aproximação para ampliar espaços de possibilidades de acesso a tal público, identificando sua realidade, propondo novos mecanismos de acesso e permanência de jovens oriundos das classes populares e promovendo justiça social às camadas excluídas do ensino superior.

O ProUni foi criado pelo Governo Federal por meio da medida provisória nº 213 de 10 de setembro de 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, destinado a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais em instituições privadas de ensino superior, a estudantes que concluíram o ensino médio escolas públicas ou ainda que cursaram o ensino médio em escolas da rede particular de ensino com bolsas integrais.

No tocante a decolonialidade, o PROUNI surge como uma política pública voltada para romper com a exclusão de negação das classes populares até então não inserida no espaço do ensino superior. Surge, junto com a política de cotas, para a promoção de um maior número de pessoas até então excluída da educação superior, priorizando recursos que escapa à retórica colonialista.

No que tange aos produtos a serem oferecidos pelo Programa, são bolsas parciais ou integrais, disponibilizados a estudantes que possuem renda per capita igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo, que cursaram ensino médio em escolas públicas ou particulares na condição de bolsistas, professores da rede pública de ensino, além da exigência de obterem determinada pontuação no Exame Nacional do Ensino Médio.

Além das metas realizadas, o cumprimento do planejado, índices de cobertura da população-alvo, os níveis de focalização do programa sobre os públicos-alvo pretendidos são importantes indicadores de resultados e que podem auxiliar na pergunta necessária que os avaliadores devem responder: o programa realizou os objetivos pretendidos? Atingiu os grupos- alvo que pretendeu atingir? Cumpriu, e em que níveis de quantidade e de qualidade, as metas propostas? (DRAIBE, 2001).

A avaliação de políticas públicas, executada como um processo sistemático, integrado e institucionalizado, tem como premissa básica verificar a eficiência dos recursos públicos e, quando necessário, identificar possibilidades de aperfeiçoamento da ação estatal, com vistas à melhoria dos processos, dos resultados e da gestão. Avaliar os resultados do ProUni é importante, pois permite avaliar os impactos esperados pela política, além de possibilitar uma revisão do produto que está sendo oferecido, provocando um melhoramento da oferta da entrega dos serviços e produtos que chega ao público-alvo (CAPELLA, 2018 p. 241).

Trata-se de verificar se a presente Política Pública vem cumprindo os objetivos propostos: Promover o acesso da população de baixa renda ao ensino superior, ou seja, o ProUni vem atingindo o público-alvo que se propõe quando da sua criação?

Observa-se que na Exposição de Motivos do ProUni, a ideia de "democratização do acesso da população de baixa renda ao ensino superior" fica explícito e acompanha toda a sua formatação, implantação e execução. Na época do surgimento do ProUni, a Lei do PNE havia estabelecido como meta o aumento da taxa líquida da educação superior para 30% até 2010.

Já em 2014, uma nova lei atualiza as metas do PNE, estabelecendo em sua meta 12 o seguinte, para ser alcançado até 2024:

> Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público - Lei 13.005/2014 (BRASIL, 2014).

Além das justificativas serem importantes para uma avaliação dos resultados de uma política pública, os objetivos traçados na lei aprovada em 2005 trazem à luz os fundamentos do novo programa.

Verifica-se que tanto a Exposição de Motivos, quanto às metas do PNE trata da necessidade de ampliação de matrículas na educação superior para população de 18 a 24 anos. O ProUni surgiu para atender uma demanda de jovens que não tiveram oportunidade de ingresso no ensino superior público, e o governo, objetivando modificar o quadro de desigualdades encontradas diante dos excedentes marginalizados socialmente, procurou estratégias para democratizar o acesso ao ensino superior, no intuito de atender às aspirações da sociedade e diminuir a desigualdade social (CARVALHO; SILVA, 2018).

Cumprir as metas do Plano Nacional de Educação exige ações estratégicas, como aquelas elencadas na Exposição de Motivos, ou seja, **a)** democratizar o acesso da população de baixa renda ao ensino superior; **b)** estimular IES privadas a destinação de vagas para estudantes de baixa renda e **c)** cumprimento das metas do PNE.

PROUNI E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA ELEVAÇÃO DE MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR

Nesta sessão serão apresentados os principais resultados encontrados após análise do banco de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Foi levantado a totalidade de beneficiários do ProUni, a partir do Censo de Educação Superior, nos anos de 2005 a 2020. O plano nacional de educação (Lei 13.005/2014) determina na meta 12, o seguinte: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50 % e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos (BRASIL, 2014).

No primeiro ano de lançamento das bolsas do ProUni, realizado em 2005, 95.629 estudantes foram beneficiados (tabela 1), sendo 67.276 com bolsas integrais (70,4%) e 28.353 com bolsas parciais (29,6%) como demonstra a tabela 2. A partir de então, os números de bolsas ofertadas foram crescendo ano após ano, ocorrendo um pico de oferta de bolsas em 2015, com 252.650 bolsas, destas 55,6% integrais e 44,4% parciais (tabela 2). A partir de 2016, a oferta diminui, chegando em 2020 com 166.830 bolsas, números estes semelhantes a 2009, que estava a quatro anos da instituição do PROUNI.

ANO	TOTAL	ANO	TOTAL
2005	95.629	2013	177.326
2006	109.025	2014	223.598
2007	105.574	2015	252.650
2008	124.621	2016	239.262
2009	161.369	2017	236.636
2010	152.733	2018	241.032
2011	170.766	2019	225.555
2012	176.764	2020	166.830
TOTAL (2005-2012)	1.096.481	TOTAL (2013-2020)	1.762.889
TOTAL GERAL		2.859.370	

Tabela 1 – Total de bolsas oferecidas pelo PROUNI entre 2005 e 2020.

Fonte: Elaboração do autor a partir de Dados Abertos - MEC (BRASIL, 2005-2020)

Com um crescimento de 74,5% desde a sua implementação em 2005, o ProUni passou por avanços e retrocessos, chegando a quase triplicar em 2015, com 252.650 bolsas parciais e integrais. Porém, a partir de 2016 sofre uma série de retrocessos, reduzindo de forma considerável os números de bolsas, mantendo, contudo, os números em patamaresconsideráveis em 2020, com 166.830 bolsas, sendo 130.744 bolsas integrais (78,4%) e 36.086 bolsas parciais (21,6%), conforme pode ser visto na tabela 2.

A variação entre bolsas integrais e parciais ao longo dos anos de 2005 a 2020 mostra uma oscilação ano a ano, com uma média de 6,2% nas bolsas integrais, 7,9% nas bolsas parciais e 4,7% de variação nas bolsas totais. A maior variação ocorre junto às bolsas parciais no ano de 2015, quando há um crescimento de 136% em relação a 2014, passando de 47.565 bolsas para 112.243 bolsas. 2015 é o ano com o maior número de bolsas em geral, totalizando 252.650 bolsas. A partir de então, as bolsas ProUni deixam de ter uma linha de crescimento para uma redução significativas no número de bolsas, chegando a 2020 com 166.830 bolsas, ou seja, 73% a menos que no ano de 2015. A partir de então, a oferta de bolsas vem diminuindo de forma significativa, chegando 2020 aos mesmos patamares de 2014.

Verifica-se um predomínio da disponibilização de bolsas integrais, destinados a jovens oriundos de famílias com renda per capita de até 1,5 mínimo. Dos 15 anos com dados disponíveis, 7 anos estão com a média de 70,4% a 79% das bolsas disponibilizadas do tipo bolsa integral. Apenas o ano de 2015 existe uma aproximação entre bolsas integrais (55,6%) e bolsas parciais (44,4%).

ANO	BOLSA INTEGRAL	%	BOLSA PARCIAL	%	TOTAL
2005	67.276	70,4	28.353	29,6	95.629
2006	86.141	79,0	22.884	21,0	109.025
2007	73.561	69,7	32.013	30,3	105.574
2008	76.643	61,5	47.978	38,5	124.621
2009	113.647	70,4	47.722	29,6	161.369
2010	96.216	63,0	56.517	37,0	152.733
2011	106.516	62,4	64.250	37,6	170.766
2012	119.191	67,4	57.573	32,6	176.764
2013	134.571	75,9	42.755	24,1	177.326
2014	176.033	78,7	47.565	21,3	223.598
2015	140.407	55,6	112.243	44,4	252.650
2016	157.406	65,8	81.856	34,2	239.262
2017	155.041	65,5	81.595	34,5	236.636
2018	161.571	67,0	79.461	33,0	241.032
2019	167.807	74,4	57.748	25,6	225.555
2020	130.744	78,4	36.086	21,6	166.830

Tabela 2: Número de beneficiados do ProUni segundo a oferta de bolsas integrais e parciais entre 2005 a 2020.

Fonte: Elaboração do autor a partir de Dados Abertos - MEC (BRASIL, 2005-2020)

Verifica-se um predomínio da disponibilização de bolsas integrais, destinados a jovens oriundos de famílias com renda per capita de até 1,5 mínimo. Dos 15 anos com dados disponíveis, 7 anos estão com a média de 70,4% a 79% das bolsas disponibilizadas do tipo bolsa integral. Apenas o ano de 2015 existe uma aproximação entre bolsas integrais (55,6%) e bolsas parciais (44,4%).

Os dados do gráfico 1, evidenciam um predomínio histórico dos números de bolsas no turno noturno, favorecendo uma maior participação de público que necessita trabalhar, bem como o público mais vulnerável que necessita promover o acesso ao ensino superior, concentrado nos cursos noturnos.

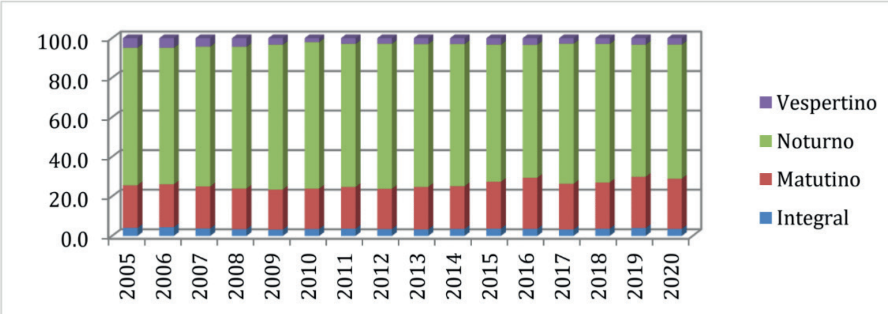


Gráfico 1 – Percentual de distribuição das bolsas de estudos nos cursos presenciais conforme o turno dos cursos entre 2005 e 2020.

Fonte: Elaboração do autor a partir de Dados Abertos - MEC (BRASIL, 2005-2020)

Os dados do gráfico 1, evidenciam um predomínio histórico dos números de bolsas no turno noturno, favorecendo uma maior participação de público que necessita trabalhar, bem como o público mais vulnerável que necessita promover o acesso ao ensino superior, concentrado nos cursos noturnos.

Percebe-se no gráfico 2 uma maior concentração de bolsas no Sudeste em todo o periodo estudado. Até o ano de 2015, dez anos após a implantação do programa, a região sul, se mantinha em segundo lugar na oferta de bolsas. Se por um lado expressa a distribuição das vagas e matrículas do ensino superior nessa região, por outro, revela que a ação estatal mantém as desigualdades de acesso. O Nordeste sempre se manteve próximo dos percentuais do sul, valendo ressaltar que, entre 2016 e 2020, aumenta a participação do Nordeste, saindo da faixa de 13,4% – 18,2% para a faixa de 20,5% – 23,5% enquanto as demais reduzem, chegando o Sudeste, cuja variação era de 45,9% – 54,6%, a ficar entre 44,7% e 42,9%.

O aumento na participação do Nordeste na distribuição, como demonstrado no Gráfico 2, reflete o acréscimo de bolsas nessa Região e a redução e/ou manutenção nas demais a partir de 2016.

A maior concentração de bolsas no Sul e no Sudeste, em média 66,7%, se por um lado expressa a distribuição das vagas e matrículas do ensino superior nessas regiões, por outro, revela que a ação estatal mantém as desigualdades de acesso. É verdade que, entre 2016 e 2020, aumenta a participação do Nordeste, saindo da faixa de 13,4% – 18,2% para a faixa de 20,5% – 23,5% enquanto as demais reduzem, chegando o Sudeste, cuja variação era de 45,9% – 54,6%, a ficar entre 44,7% e 42,9%.

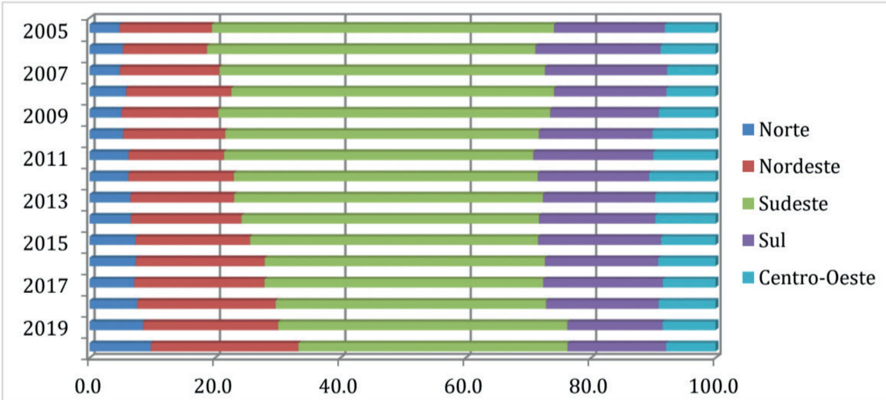


Gráfico 2 – Percentual de distribuição das bolsas de estudos do PROUNI entre as Grandes Regiões Geográficas do Brasil – 2005-2020

Fonte: Elaboração dos autores a partir de Dados Abertos - MEC (BRASIL, 2005-2020)

Ferro (2010) destaca que a linguagem é o meio principal pelo qual o homem pode e consegue estabelecer relações com seu meio e seus semelhantes (FERRO, 2010, 44). As políticas públicas estão em constante evolução, em vista de a realidade social ser dinâmica e exigir permanentes aperfeiçoamentos e com isso surge a necessidade de ajustes. Faria (2005), destaca que a avaliação representa a etapa do ciclo das políticas que objetiva aperfeiçoar ações além de fornecer subsídios para intervenção, prestação de contas e responsabilização de agentes envolvidos.

Os resultados dos estudos de Costa e Ferreira (2017) apontam para uma avaliação positiva do ProUni, por ser ela responsável por propiciar o preenchimento de vagas ociosas geradas pela falta de alunos nas IES privadas, além de introduzir o atendimento de um público que sequer ingressaria em IES privadas, por conta das restrições financeiras para arcar com suas respectivas mensalidades.

Quanto ao cumprimento das metas propostas pelo Plano Nacional de Educação, Matos (2007) destaca que o ProUni possibilita bons resultados neste quesito, por inserir no espaço do ensino superior um público oriundo das classes populares que possivelmente não ingressaria se não tivesse o benefício das bolsas ProUni, auxiliando no alcance das metas do PNE. Finalmente, Souza (2003) destaca que as pesquisas devem dar atenção às variáveis que impactam sobre os resultados das políticas públicas, com o objetivo de entender melhor seus resultados.

CONCLUSÃO

Constatou-se a importância do Programa Universidade para Todos no contexto histórico, analisando número, modalidade de bolsas (parcial ou integral), turno dos cursos e a distribuição por Região, desde sua criação, em 2005 até 2020, apresentando um viés de decolonialidade, uma vez que ele contribui de forma significativa para o aumento do acesso de estudantes ao ensino superior, contribuindo para o projeto de construção de cidadanias decoloniais que privilegiam, dentre outros aspectos, a ruptura com as lógicas de poder e subalternização.

Desse modo, traçou-se um panorama do Programa PROUNI, enquanto um espaço estratégico para o processo de decolonização, tanto em termos de quantidade como de qualidade, reunindo informações para uma posterior avaliação da política e, principalmente, dispondo de elementos para compreender essa ação do Estado que, por meio de renúncia fiscal, ofertou, nos 15 anos estudados, 2.859.370 bolsas, registrando uma ampliação de 74% entre o primeiro ano, 2005, e o último ano estudado, 2020.

A média anual de crescimento foi de 4,7%, todavia, há anos que os aumentos chegaram a 29,5% (2008/2009) e a 26,1% (2013/2014) e anos em que houve redução, 26% (2019/2020) e 6,4% (2018/2019). O crescimento, por conseguinte, não é linear, apresentando oscilações na trajetória.

Essas bolsas foram em todo o período, predominantemente, do tipo integral, para cursos presenciais noturnos na Região Sudeste. Esta Região recebeu, em média, quase a metade (48,5%) das bolsas, chegando a ter em 2005, primeiro ano do Programa, 54,6% e a ter, em dez dos quinze anos estudados, mais de 0,1% da sua população beneficiada, sendo superada apenas pela Região Sul, que teve essa cobertura em onze dos quinze anos.

Portanto, o PROUNI concedeu, como previsto na legislação instituidora, bolsas de estudos parciais ou integrais, mais essas do que aquelas, para alunos de cursos de graduação em instituições privadas de ensino superior, principalmente, na modalidade presencial, no turno noturno e na Região Sudeste.

Esses resultados carecem de maior avaliação em termos tanto da população atendida como dos seus efeitos na ampliação do acesso ao ensino superior dos segmentos tradicionalmente excluídos dessa etapa da escolarização.

Conclui-se, na análise do contexto histórico e metodológico, que as mediações entre o estudo sobre a expansão do ensino superior e o acesso às vagas em IES privado, na perspectiva da decolonialidade, houve um avanço no processo de ocupação de espaços até então não ocupados, espaços de transgressão no processo educacional, onde estão presentes jovens oriundos das classes populares que não teriam oportunidades sem tais políticas públicas. O Estado é o principal ator no cenário da expansão, cujo cenário é promover a ocupação de espaços educacionais nas IES privadas, a título de democratização da educação.

Apesar das críticas ao programa, a política afirmativa, em questão, é imprescindível para a promoção do direito à educação no Brasil. Conclui-se que o Programa Universidade para Todos, no contexto pesquisado, pode ser considerado um bom programa de inserção ao ensino superior de jovens oriundos das classes populares.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo Estrutural São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019**.**

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. *Lei 13.005, de 25 de junho de 2014.* Disponível em: https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014. Acesso em 20.02.2022.

BRASIL. **Avaliação de políticas públicas**: *guia prático de análise. ex post*. Casa Civil da Presidência da República ... [et al.]. – Brasília, 2018 v. 2 (301 p.).

BRASIL. **Exposição de Motivos Interministerial** (EMI) n. 26, de 28 de abril de 2004a. Disponívele em:

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=219649&filename=PL+3582/2004 . Acesso em: 01.10.2021.

BRASIL. **Exposição Interministerial n. 61/2004d**. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=0779B96C800D 37533C7B53CBED0FC494.node2?codteor=248684&filename=MPV+213/200 4. Acesso em: 01.10.2021.

BRASIL. **Programa Universidade para todos** – *ProUni.* Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005. Brasília: Presidência da República, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm. Acesso em: 05 dez. 2021.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, a. 149, n. 169, 30 ago. 2012. Seção 1. P. 1.

BRASIL. **Painel de Controle do MEC**. Ministério da Educação. Disponível em SIMEC - Painel de Controle do Ministério da Educação. Acesso em 21/01/2022.

BOURDIEU, Pierre. ***A distinção: crítica social do julgamento***. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007, 560 p. tradução: Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Formulação de políticas públicas. **Enap**, Brasília; 152 p., 2018. ISBN: 978-85-256-0080-6.

CARVALHO, Klayton Lima Cavalcante; SILVA, Sandra Maria Barbosa. **Políticas públicas para a juventude: um olhar sobre os programas fies e prouni**. Revista Multidebates, Palmas, v. 2, n. 2, 2018. ISSN: 2594-4568

COSTA, Danielle Dias; FERREIRA, Norma-Iracema de Barros. **O ProUni na Educação Superior brasileira**: *indicadores de acesso e permanência*. Avaliação**,** Campinas; Sorocaba, v. 22, n. 1, p. 141-163, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772017000100141&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 21/01/2022.

DRAIBE, Sônia Miriam. ***Avaliação de implementação*****:** *esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas.* In: BARREIRA & CARVALHO (ORGS). *Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais.* SP: IEE/PUC-SP, 2001.

FARIA, Carlos Aurélio P. de. **A política da avaliação de políticas públicas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 97-109, 2005.

FERRO, Maria do Amparo Borges. **Cazuza: e o sonho da escola ideal**. São Luis. EDUFMA. 2010.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Território plural: a pesquisa em história da educação**. 1. ed. - São Paulo: Ática, 2010.

LEITE, Lúcia Helena Alvarez.; RAMALHO, Bárbara Bruna Moreira.; CARVALHO, Paulo Felipe Lopes. Artigo - A educação como prática de liberdade: uma perspectiva decolonial sobre a escola. **Educação em Revista**, 2019. Belo HorizonteIDossiê - Paulo Freire: O Legado Global, v.35, e214079

MATOS, Nei Carlos Moraes. **Uma abordagem integrada entre QFD e gestão por processos na oferta de bolsas e seleção do ProUn**i. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

MIGNOLO, W. D. **Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade**. Introdução de The darker side of western modernity: global futures, decolonial options. Revista Brasileira de Ciências Sociais [online]. 2017, v. 32, n. 94. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?lang=pt&format=pdf Acesso em: 21 jan. 2022

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** *In:* LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais* – perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005a. p. 107-30.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidad y modernidad-racionalidad**. In: PALERMO, Zulma.; QUINTERO, Pablo. (orgs.). Aníbal Quijano: textos de fundación. Buenos Aires: Ediciones del signo, 2014. pp. 60-70.

SOUZA, Celina. “**Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* São Paulo, v. 18, n. 51, p. 15-20, 2003.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, a. 8, n. 16, p. 20-45, jul.-dez. 2006. Disponível em: https://www.scielo. br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 5 jan. 2022.

CAPÍTULO 4

EMPRENDIMIENTO VERDE Y SOSTENIBILIDAD SOCIAL EN EL EMPORIO COMERCIAL DE GAMARRA LA VICTORIA, 2023

Data de aceite: 01/03/2024

Lilly Rocío Moreno Chinchay
https://orcid.org/0000-0002-5478-2736

Renato Ramses Diaz Moreno
https://orcid.org/0000-0002-1297-3710

Moisés Sánchez Moreno
https://orcid.org/0000-0001-9517-3593

Franco Martin Diaz Moreno
https://orcid.org/0000-0002-4963-5926

Marcos Andrés Sánchez Moreno
https://orcid.org/0000-0001-8277-4840

RESUMEN: El presente artículo de investigación tuvo como propósito determinar la relación entre el emprendimiento verde (EV) y la sostenibilidad social (SS) en el emporio comercial de Gamarra La Victoria, 2023; se aplicó una metodología de enfoque cuantitativo, diseño no correlacional, la muestra fueron 381 empresarios y se aplicaron dos instrumentos, uno de EV y otro de SS. Como resultado se determinó una relación significativa entre el EV y la SS con un p_valor=0.000<0.05 y un rho=0.451 que significa correlación positiva media; así también entre el EV y educación ambiental con un p_valor=0.000<0.05 y un rho=0.195 que significa correlación positiva media, asimismo existe una relación significativa entre el EV y la desigualdad social un p_valor=0.000<0.05 y un rho=0.303 que significa correlación positiva media; existe una relación significativa entre el EV y las iniciativas emprendedoras; con un p_valor=0.000<0.05 y un rho=0.398 que significa correlación positiva media y existe una relación significativa entre el emprendimiento verde y la reducción del impacto medioambiental con un p_valor=0.000<0.05 y un rho=0.343 que significa correlación positiva media. En conclusión, se determinó que ambas variables se relacionan, es decir de acuerdo con los resultados se pudo evidenciar que los procesos de emprendimiento verde están relacionados con los objetivos de sostenibilidad social.

PALABRAS-CLAVE: emprendimiento verde, sostenibilidad social, desigualdad social, impacto medioambiental.

ABSTRACT: The purpose of this research article was to determine the relationship between green entrepreneurship (EV) and social sustainability (SS) in the commercial emporium of Gamarra La Victoria, 2023; A quantitative approach methodology, non-

correlational design was applied, the sample was 381 entrepreneurs and two instruments were applied, one from EV and the other from SS. As a result, a significant relationship was determined between EV and SS with a p_value=0.000<0.05 and a rho=0.451, which means medium positive correlation; Likewise, between the EV and environmental education with a p_value=0.000<0.05 and a rho=0.195, which means a medium positive correlation, there is also a significant relationship between the EV and social inequality, a p_value=0.000<0.05 and a rho=0.303, which means medium positive correlation; there is a significant relationship between EV and entrepreneurial initiatives; with a p_value=0.000<0.05 and a rho=0.398 which means medium positive correlation and there is a significant relationship between green entrepreneurship and the reduction of environmental impact with a p_value=0.000<0.05 and a rho=0.343 which means medium positive correlation.In conclusion, it was determined that both variables are related, that is, according to the results, it was evident that green entrepreneurship processes are related to social sustainability objectives.
KEYWORDS: green entrepreneurship, social sustainability, social inequality, environmental impact.

INTRODUCCIÓN

En la actualidad, son indiscutibles los problemas ambientales, que se han derivado de acciones perjudiciales que son provocadas por el actual modelo de las organizaciones empresariales y ei estilo de vida que se ha venido adoptando desde la revolución industrial, prevaleciendo conceptos de éxito y crecimiento, relacionadas con el consumo masivo de bienes y servicios, sin considerar la generación de residuos, impacto ambiental y recursos no renovables que se consumen; en este nuevo modelo la naturaleza es un factor de producción, pero de disponibilidad limitada, el cual está llevando a un punto de saturación que no tiene retorno; el costo que se viene asumiendo es la alteración del ecosistema natural, perjuicio en la biodiversidad, contaminación de aire y acuíferos, dificultades por la tenencia de los recursos naturales, así como manipular genéticamente los recursos naturales generando efectos adversos para la sociedad, y el cambio climático (Sanabria y Hurtado, 2018). Al respecto, se deben adoptar medidas de políticas y prácticas corporativas que contribuyan para la preservación del medio ambiente (AlQershi et al., 2023).

Emprendimiento verde (EV)

Se refiere a aquellos negocios que tienen como propósito el crecimiento económico por medio del uso racional de recursos naturales y evitan la contaminación ambiental (Pertuz et al., 2021), y aparece como una oportunidad de empleo, abordando necesidades sociales y desafíos ambientales (Khan et al., 2022), los que comprenden actividades de comercialización que están orientadas a mitigar, reducir o eliminar problemas ambientales, y cuyas actividades se trasmiten en justicia social (Sanabria y Hurtado, 2018). Por ello, es importante el conocimiento del EV relacionado con los planes de negocio y logro personal; en un estudio realizado en Bangladesh se analizó el efecto de la participación

de las universidades en el impulso del EV para el cambio social, el cual tuvo un resultado significativo incrementándose la autoeficacia e intención emprendedora (Mohammad M.et al). En una investigación econométrica sobre la orientación empresarial de nuevas empresas hacia un desarrollo sostenible y en comparación con los emprendimientos convencionales, los primeros tienen un impacto económico-social más positivos y son incluso menos perjudicial y de más beneficio para la calidad ambiental, aunque respecto al crecimiento económico, desarrollo humano y reducción de la degradación ambiental aún no se tiene conocimiento (Neumann, 2022). Según Color (2018) esta variable tiene cinco dimensiones: Perfil socioeconómico, motivación del emprendedor, acceso al financiamiento, políticas públicas y perspectivas de crecimiento.

Sostenibilidad Social (SS)

Es definida como el conjunto de acciones orientadas a satisfacer las necesidades presentes sin comprometer o afectar a los recursos de las generaciones próximas, y abarca las dimensiones ecológica, económica y social. La palabra social tiene muchos significados en lo analítico y normativo, y SS surge debido a la necesidad de que los factores productivos sean distribuidos de manera justa, por la finalización del proceso social de cada persona y de integración social en el cual se considera también a los empleados empoderados y comprometidos, asimismo, es necesario medir el daño que causan las sociedades al medio ambiente (desempeño ambiental), e incluyen temas de salud, educación, diseño del trabajo, participación, relación vida-trabajo, relación salario-calidad de vida, equidad e igualdad (Kalfaoğlu, 2023).

Con referencia a la sostenibilidad social existen argumentos como de la OIT (2011), ONU (1999,2015), Brundtland (1987) y Sexian (2009) la responsabilidad social es la base de los valores universales y permite desarrollar estrategias de responsabilidad transgeneracional para el uso de los recursos naturales; Repsol (2019), Justribo y Zaragoza (2014), Nuñez (2016) y la gestión del impacto social en la toma de decisiones y el Plan de Desarrollo Sostenible Empresarial; Eljington (2004) y Barcellos (2010); Bradford (2018), Epiteto y Roy (2009) y Rathe (2017) sobre el Balance entre progreso económico a largo plazo y la responsabilidad social – Ambiental; SAM (2018) sobre Gestión de desempeño económico, Ambiental y social, Global Reporting Initiative (GRL, 2018) y la Gestion auditable de desempeño económico, social y ambiental por medio de ratios de sostenibilidad (Pérez et al., 2020).

La SS es parte de la sostenibilidad empresarial, en el cual las luchas por la sostenibilidad y una actitud emprendedora, conducir**án** al desarrollo de una sociedad más rica y ambientalmente sostenible (Mohammad R. et al., 2022). Implica el tener que retribuir a la sociedad por el desarrollo y crecimiento empresarial, y junto a la sostenibilidad económica y ambiental, son las condiciones que se debe cumplir en una sociedad a fin de que se logre

la sostenibilidad empresarial; la SS busca también que se mejoren las relaciones entre la empresa y todas las personas involucradas, tanto internas como externas, para crear un clima agradable, un ambiente de cooperación entre los empleados y los clientes, lo que involucra la práctica de las acciones de solidaridad entre el personal, la empresa y la comunidad, asi como el cumplimiento de las normas legales para no ser acreedor de multas y/o sanciones creando un clima laboral propicio (Torres et al., 2019).

Para el logro de la SS, se deben implementar normas específicas de protección a los individuos independientemente de su nacionalidad, cultura o creencias, incluso tipo de trabajo, la evaluación de la SS se realiza mediante criterios sociales de equidad, económicos, desempeño local, movilización y accesibilidad de factores productivos, salud, disminución de la pobreza y la seguridad ambiental, también hay nuevos conceptos más subjetivos como la índice de la felicidad, la calidad de vida, sentido de identidad y pertenencia, asi como el de bienestar, que son más difíciles de medir (Hidalgo et al., 2022). La SS busca medir es definida como la búsqueda de un equilibrio entre crecimiento económico, equidad social y mantenimiento deedio ambiente.

Emprendimiento verde (EV) y Sostenibilidad Social (SS)

En el numeral 8 de los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) de la ONU-Agenda 2030 se refiere al trabajo decente y al crecimiento económico. En el número 10, indica la necesidad de reducir las brechas de la desigualdad y el número 13 incide en desarrollar acciones por el clima; de tal manera que, para lograr la SS, se tiene que implementar una serie de políticas organizacionales, que tengan como punto de partida el crecimiento económico (Universitat Carlemany, 2022).

Según Álvarez y Taboada (2020) la falta de prospectiva en EV de muchas empresas globalizadoras internacionales y multinacionales se dio lugar a la situación actual, generando cambios climáticos, que tienen como origen una concentración de la población en determinados centros urbanos industrializados, la excesiva e indiscriminada explotación de recursos, como la desforestación, perdida de la biodiversidad, y la emisión del CO2 que genera un incremento del efecto invernadero y el cambio climático global.

Las normas ISO 9000 y ISO 14000, representan una garantía sobre la elaboración de un producto, por medio de controles en los procesos productivos garantizando que los productos conserven la calidad y que los procesos de producción operen minimizando los riesgos ambientales (Carro y González, 2012).

Los líderes de todo EV son los emprendedores verdes (Medina y Piñeros, 2020). Son aquellos que dirigen Negocios Verdes (NV) basados en la eficiencia del uso de los recursos naturales, reduciendo los efectos contaminantes al ecosistema así como el aumento de la biodiversidad; y la razón por la cual eligen ser emprendedores verdes y dedicarse a NV, son precisamente porque reciben apoyo legislativo, financiación, transferencia tecnológica y

educación empresarial, más los factores internos o psicológicos han sido poco investigados (Zabelina, y otros, 2022). Estos lideres involucrados en la sostenibilidad social de su región, van a contribuir a mejorar los cuidados del medio ambiente y la calidad de vida humana, ofreciendo un trabajo decente.

Según Piñeros (2020) los emprendedores verdes tienen como filosofía integrar parte de la cadena de valor, generando una ventaja competitiva y se compromete con los clientes, el personal, y medio ambiente, eligen producir un producto verde evitando desperdicios, en un marco de la economía circular (EC), que es un modelo de nuevos métodos de producción y de consumo, que se basa en reducir, reciclar y reutilizar lo desechado para darle una siguiente utilidad, lo que está en relación con los ODS (Costa, 2022). Por lo tanto, los negocios verdes (NV), desarrollan procesos de producción amigables con el medio ambiente; estas aplicaciones aplican el eco etiquetado, identificando el producto o servicio y sus efectos medioambientales, y la eco limpieza utilizando productos no nocivos para la salud del planeta (Rodríguez et al., 2021).

De acuerdo al Protocolo de Kyoto (1997), se menciona el mecanismo de desarrollo limpio (MDL), con el fin de promover el EV, en el cual los países industrializados se comprometieron en invertir en los países de menor desarrollo con acciones de mitigación, lo que ha 2023 no se ha evidenciado, debiendo tomarse medidas que garanticen el desarrollo sostenible de las regiones, en especial de regiones en desarrollo (WMO, 2022).

De esta manera la investigación parte de una pregunta básica ¿Cómo se relaciona el emprendimiento verde con la sostenibilidad social en el emporio comercial de Gamarra, La Victoria, 2023 ?, el cual será analizado por medio de la relación que existe del emprendimiento verde y la sostenibilidad social en sus dimensiones de relación-trabajo, educación ambiental y desempeño ambiental.

METODOLOGÍA

El EV es un fenómeno muy importante que tiene como propósito desarrollar de manera óptima un entorno que sirva de columna vertebral para la sostenibilidad empresarial, en su enfoque económico, social y ambiental, de esta manera se impulsa a las pequeñas y medianas empresas quienes promueven el empleo y contribuyen al desarrollo económico generando empleo.

El propósito de la investigación fue determinar la relación entre EV y SE, en el contexto de las Mypes en el Emporio Comercial de Gamarra, la Victoria. La población incluye a todos los microempresarios que se dedican al rubro textil, que es la cantidad de 32.857 (INEI, 2018) y la muestra fue seleccionada mediante formula estadística que resulto en 381 microempresarios, a quienes se le les entregaron los cuestionarios, cabe mencionar que respondieron empresarios que hacen negocios o tienen intención de hacer negocios con productos verdes.

El enfoque aplicado es cuantitativo, porque se desarrolla según la lógica hipotética-deductiva, y responde al ciclo de inducción, deducción e inducción (Castañeda, 2022). El diseño de investigación comprende, estrategias y procedimientos racionales que se deben considerar para cumplir con los objetivos de un problema general (Arias et al., 2022).

El diseño de investigación fue de tipo básica **o teórica,** no experimental, correlacional y transversal, se aplicó como técnica la encuesta por medio de dos instrumentos y se obtuvo un coeficiente de fiabilidad según Alfa de Cronbach de 0.885 y 0.860 para los instrumentos de EV y SS respectivamente y se aplicó la prueba de normalidad resultando p_valor=0.000<0.05, determinando una muestra no paramétrica, por lo que se aplicó la herramienta de correlación Rho de Spearman para examinar la relación entre las variables consideradas a fin de producir nuevos referentes de información que contribuya al conocimiento sobre EV y SS.

RESULTADOS

Análisis descriptivo

		Frecuencia	Porcentaje
Edad	18-25	178	46.7
	26-35	82	21.5
	36-45	68	17.8
	46-56	42	11.0
	56 a mas	11	2.9
	Total	381	100.0
Sexo	Hombre	153	40.2
	MUJER	228	59.8
	Total	381	100.0
Nivel de estudios	Sin estudios	3	0.8
	Educación primaria	6	1.6
	Educación secundaria	182	47.8
	Formación profesional	145	38.1
	Estudios universitarios	45	11.8
	Total	381	100.0
Situación laboral	Empleo a tiempo completo	201	52.8
	Desempleado	72	18.9
	Estudiante	7	1.8
	Otros	101	26.5
	Total	381	100.0

Tabla 1

Frecuencia de la caracterización sociodemográfica del emprendedor

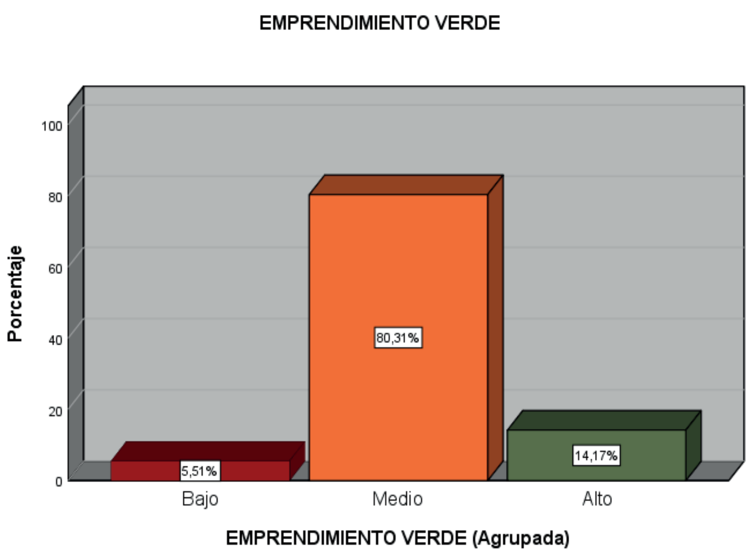
Según la tabla 1, respecto a la caracterización sociodemográfica del emprendedor, en lo que respecta a la edad; el 46.7% comprende de 18 a 25 años, el 21.5% comprende de 26-35 años, el 17.8% comprende 36-45 años, el 11% comprende 46-56 años y el 2.9% tienen de 56 años a más; sobre el sexo, el 40.2% son hombres y el 59.8%; sobre el nivel de estudios, el 0.8% sin estudios, el 1.6% tienen educación primaria, el 47.8% tiene educación secundaria, el 38.1% tiene formación profesional y el 11.8% tienen estudios universitarios, y sobre la situación laboral, empleados a tiempo completo el 52.8%, desempleados 18.9%, estudiantes 1.8% y otros 26.5%.

	f	%
Bajo	21.0	5.5
Medio	306.0	80.3
Alto	54.0	15.2
Total	381.0	100.0

Nota: Datos tomados de los emprendedores del Emporio Comercial de Gamarra

Tabla 2

Frecuencia de emprendimiento verde



Nota: Datos tomados de los emprendedores del Emporio Comercial de Gamarra

Figura 1

Frecuencia de emprendimiento verde

Según la tabla 2 y figura 1 sobre la variable EV se determina que el 5.51% respondieron nivel bajo, el 80.31% nivel medio y el 14.17 % nivel alto.

	Perfil socioeconómico		Motivación del emprendedor		Acceso a financiamiento		Políticas Públicas		Perspectivas de crecimiento	
	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%
Bajo	45.0	11.8	28.0	7.3	197.0	51.7	54.0	14.2	62.0	16.3
Medio	267.0	70.1	285.0	74.8	155.0	40.7	139.0	36.5	239.0	62.7
Alto	69.0	18.1	68.0	17.8	29.0	7.6	188.0	49.3	80.0	21.0
	381.0	100.0	381.0	100.0	381.0	100.0	381.0	100.0	381.0	100.0

Tabla 3

Frecuencia de las dimensiones de la variable emprendimiento verde

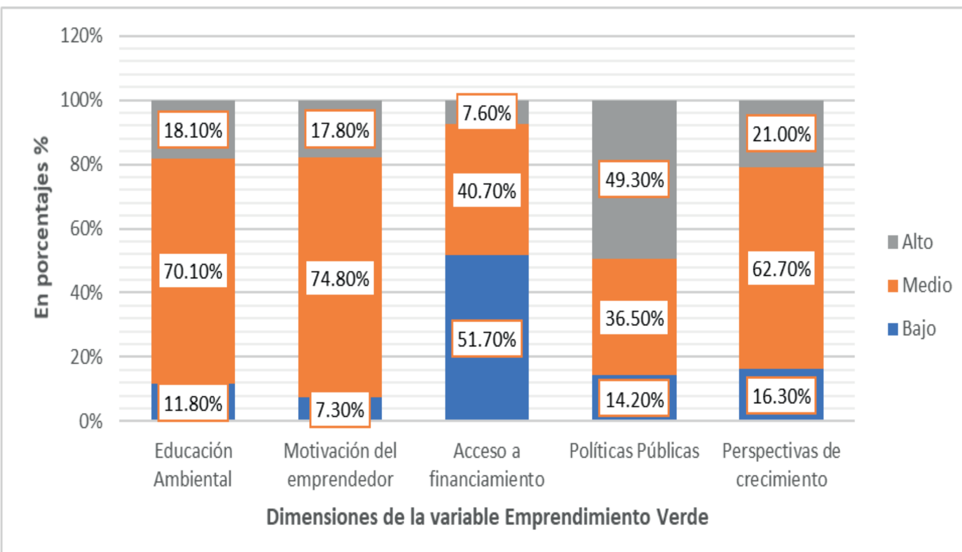


Figura 2

Frecuencia de las dimensiones de la variable emprendimiento verde

Según la tabla 3 y figura 2, sobre el perfil socioeconómico el 11.8% respondieron de nivel bajo, el 70.10% nivel medio y el 18.10% nivel alto; sobre motivación del emprendedor, el 7.30% respondieron de nivel bajo, el 74.80% nivel medio y el 17.80% nivel alto; en acceso al financiamiento, el 51.70% respondieron de nivel bajo, el 40.70% nivel medio y el 7.60% nivel alto; en Políticas Públicas, el 14.20% respondieron de nivel bajo, el 36.50% nivel medio y el 49.30% nivel alto y finalmente en perspectivas de crecimiento el 16.30% respondieron de nivel bajo, el 62.70% de nivel medio y el 21.0% nivel alto.

	Frecuencia	Porcentaje
Bajo	26	6.8
Medio	241	63.3
Alto	114	29.9
Total	381	100,0

Tabla 4

Frecuencia de Sostenibilidad Social

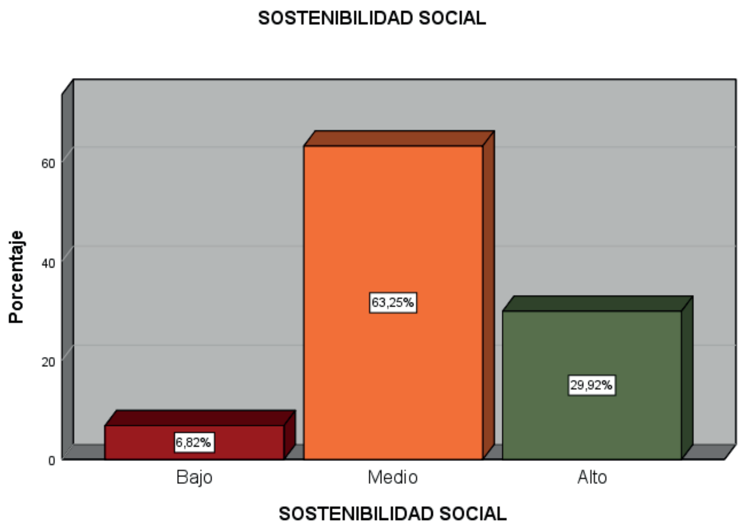


Figura 3

Frecuencia de Sostenibilidad Social

Según la tabla 4 y figura 3 sobre la variable sostenibilidad social, el 6.82% respondieron de nivel bajo, el 63.25% respondieron de nivel medio y el 29.92% nivel alto.

	Educación Ambiental		Desigualdad social		Iniciativas emprendedoras		Reducción del Impacto medio ambiental	
	f	%	f	%	f	%	f	%
Bajo	88	23.1	24	6.3	37	9.7	56	14.7
Medio	186	48.8	90	23.6	196	51.4	205	53.8
Alto	107	28.1	267	70.1	148	38.8	120	31.5
	381	100	381	100	381	100	381	100

Tabla 5

Frecuencia de las dimensiones de Sostenibilidad Social

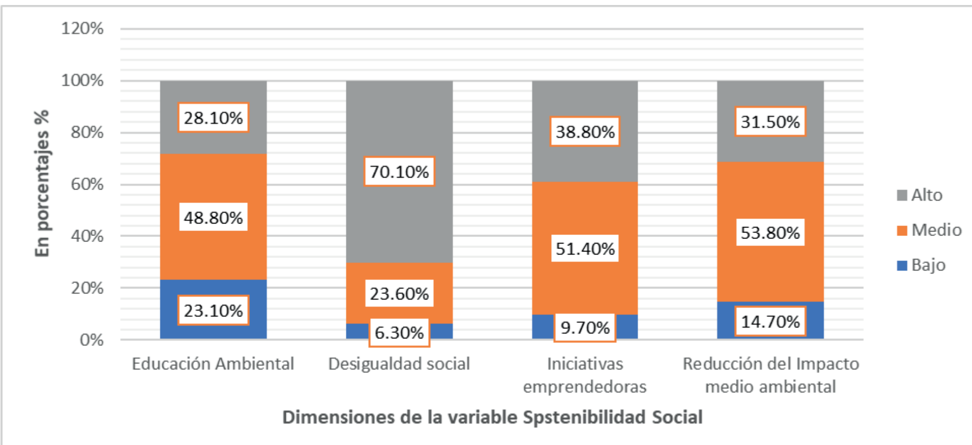


Figura 4

Frecuencia de las dimensiones de Sostenibilidad Social

Según la tabla 5 y figura 4, sobre educación ambiental el 23.80% manifestaron el nivel bajo, el 48.80% nivel medio y el 28.10% nivel alto, por desigualdad social, el 6.30% manifestaron nivel bajo, el 23.60% nivel medio y el 70.10% nivel alto, sobre iniciativas emprendedoras el 9.70% manifestaron nivel bajo, el 51.40% nivel medio y el 38.80% nivel alto, también sobre la reducción del Impacto medio ambiental, el 14.70% manifestaron nivel bajo, el 53.80% nivel medio y el 31.50% nivel alto.

Análisis Inferencial

La correlación es una medid que informa sobre la asociación de fuerza y dirección entre las variables de investigación (Khan et al., 2022). Para efectos de realizar el análisis inferencial se realizó la prueba de normalidad que resulto un p_valor=0.000<0.05, lo que define que es una muestra no paramétrica.

Prueba de Normalidad

Ho. "Los datos provienen de una distribución normal"
H1. "Los datos no provienen de una distribución normal"
Si "p_valor <0.05 se acepta H1"
Si "p_valor >0.05 se acepta Ho"
Si "n>50 se aplica Kolmogorov Smirnov"

Kolmogorov-Smirnov[a]	Estadístico	gl	Sig.
EMPRENDIMIENTO VERDE	,081	381	,000
Perfil socioeconómico	,089	381	,000
Motivación del emprendedor	,102	381	,000
Acceso a financiamiento	,089	381	,000
Políticas públicas	,142	381	,000
Perspectivas de crecimiento	,079	381	,000
SOSTENIBILIDAD SOCIAL	,056	381	,007
Educación ambiental	,134	381	,000
Desigualdad social	,199	381	,000
Iniciativas emprendedoras	,110	381	,000
Reducción del impacto medioambiental	,056	381	,005

Tabla 6

Prueba de Normalidad

De acuerdo con la tabla 6 de normalidad de las variables y dimensiones se observan que los datos no tienen distribución normal debido a que p_valor = 0.000 < 0.05. Por lo que determina que es una muestra no paramétrica y se aplicará la prueba Rho de Spearman.

Hipótesis General

Ho No existe una relación significativa entre el emprendimiento verde y la sostenibilidad social en el emporio comercial de Gamarra La Victoria, 2023.

H1 Existe una relación significativa entre el emprendimiento verde y la sostenibilidad social en el emporio comercial de Gamarra La Victoria, 2023.

Hipótesis Específica 1

Ho. No existe una relación significativa entre el emprendimiento verde y la educación ambiental. en el emporio comercial de Gamarra, La Victoria, 2023.

H1. Existe una relación significativa entre el emprendimiento verde y la educación ambiental.

Hipótesis Específica 2

Ho. No existe una relación significativa entre el emprendimiento verde y la desigualdad social.

H1. Existe una relación significativa entre el emprendimiento verde y la desigualdad social.

Hipótesis Específica 3

Ho. No existe una relación significativa entre el emprendimiento verde y las iniciativas emprendedoras.

H1. Existe una relación significativa entre el emprendimiento verde y las iniciativas emprendedoras.

Hipótesis Específica 4

Ho. No existe una relación significativa entre el emprendimiento verde y la reducción del impacto medio ambiental.

H1. Existe una relación significativa entre el emprendimiento verde y la reducción del impacto medio ambiental.

Regla de decisión

Si “p_valor<0.05 se rechaza Ho y se acepta H1”

			Sostenibilidad Social	Educación Ambiental	Desigualdad Social	Iniciativas Emprendedoras	Reducción del Impacto medioambiental
Rho de Spearman	Emprendimiento verde	Coeficiente de correlación	,451**	,195**	,303**	,398**	0.343
		Sig. (bilateral)	,.000	,000	,000	,000	,000

**. La correlación es significativa en el nivel 0,01 (bilateral).

Tabla 7

Correlación entre Emprendimiento verde y las dimensiones de Sostenibilidad Social

Sobre la tabla 7, se observa respecto a emprendimiento verde y sostenibilidad social un p_valor=0.000<0.05 por lo cual se acepta H1 determinándose que si hay correlación entre ambas variables y se alcanza un rho=0.451 que significa correlación positiva media; y con la dimensión educación ambiental un p_valor=0.000<0.05 por lo cual se acepta H1 determinándose que si hay correlación entre la variable 1 y educación ambiental, se alcanza un rho=0.195 que significa correlación positiva media; también con la desigualdad social un p_valor=0.000<0.05 por lo cual se acepta H1 determinándose que si hay correlación entre la variable 1 y desigualdad social; y se alcanza un rho=0.303 que significa correlación positiva media, con iniciativas emprendedoras un p_valor=0.000<0.05 por lo cual se acepta H1 determinándose que si hay correlación entre la variable 1 y la dimensión iniciativas emprendedoras; y se alcanza un rho=0.398 que significa correlación positiva media y con la reducción del impacto medioambiental un p_valor=0,000<0.005; y se alcanza un rho=0.343 que significa correlación positiva media (Léon y Vargas, 2020, p.63).

DISCUSIÓN

En la hallazgos de la caracterización sociodemográfica del emprendedor, se observa que el 46.7% fueron entre 18 y 25 años, el 59.8% fueron mujeres, el 40.2% varones, en lo que respecta al nivel de estudios el 47.8% tenían educación secundaria y el 52.8% tenían empleo a tiempo completo, por lo que se determina una población de jóvenes emprendedores, que aun necesitan reforzar sus conocimientos con estudios profesionales. El 70.1% son de perfil socioeconómico medio, el 74.8% se hallan motivados en el emprendimiento, el 51.7% manifestaron que tienen un bajo acceso al financiamiento, el 49.3% conoce las políticas públicas y el 62,7% tienen un nivel medio de perspectivas de crecimiento, porque aún se presentan barreras al emprendimiento como es el acceso al financiamiento. En la variable sostenibilidad social el 48,8% tiene educación ambiental, el 70.1% percibe la desigualdad social afecta la sostenibilidad de las empresas verdes, el 51.4% manifiesta iniciativas emprendedoras y el 53.8% está de acuerdo con la reducción del impacto medio ambiental.

Asi también de acuerdo al planteamiento de la problemática de la investigación se menciona que:

Sobre el emprendimiento verde y la sostenibilidad social, los resultados inferenciales han determinado una relación significativa, con un p_valor=0.000<0.05 y un rho=0.302; lo que responde al concepto de que el emprendimiento es un fenómeno socioeconómico que permite la mejora de las actividades productivas y calidad de vida, por lo tanto, el emprendedor aporta al cambio social e igualmente busca rentabilizar su inversión, por lo que se tipifican a los emprendedores sociales que aprecian las prácticas sostenibles (APC). También, Ampuero y Pizarro (2020) definieron que las acciones sostenibles de las empresas van a influir también en el desarrollo social por lo que se puede argumentar que

la sostenibilidad social permite la rentabilidad económica y solo si hay sostenibilidad social habrá un clima ambiental favorable. Por otro lado, Huamaní et al. (2022) observó que aún falta incrementar conocimiento de las nuevas tecnologías y métodos de producción, otros autores como Pinzón (2019) infieren que se deben sentar las bases en la sociedad para el sostenimiento empresarial de los emprendedores verdes, también Lévano indica que el Estado debe brindar las facilidades de los trámites administrativos para su formalización, con la finalidad de crear no solo un valor económico también un valor social y ambiental, ayudando a reducir enfermedades.

Sobre el emprendimiento verde y la educación ambiental, los resultados inferenciales han determinado una relación significativa, con un p_valor=0.000<0.05 y un rho=0.195, lo que significa que los emprendedores verdes requieren fortalecer sus conocimientos sobre el cuidado al medio ambiente, asi también la propuesta de que se implemente en la currícula nacional temas de educación ambiente: los al respecto Diaz et al. (2021) argumenta que la participación estatal se debe efectivizar por medio de la capacitación, tecnificación y asesoramiento de los emprendedores verdes, también Luna et al (2020) indica que es importante que el emprendedor verde conozca los procesos de la economía circular que consiste en la reutilización de los residuos produciendo menos desperdicios e implementando propuestas eco amigables que consiste en priorizar materias primas sostenibles, con energías renovables como la energía solar térmica para la esterilización de las prendas, lavado, secado, blanqueador y otros, a fin de reducir los niveles de carbono y gases de efecto invernadero.

Sobre el emprendimiento verde y la desigualdad social, los resultados inferenciales han determinado una relación significativa con un p_valor=0.000<0.05 y un rho=0.195, lo que significa que la desigualdad social del país no permite a los emprendedores innovar tecnológicamente o renovar sus plantas de producción porque tienen ingresos insuficientes; al respecto Carrillo y Pomar (2022) argumenta que es importante una transformación cultural de las sociedades sin discriminación de las regiones, para que los nuevos modelos de negocios que están migrando hacia una economía circular puedan efectivamente tener un menor impacto en el medio ambiente. Al respecto Perluz (2021), refiere que todo desarrollo social debe estar comprendido dentro del desarrollo económico de la región a largo plazo, la preocupación no solo es de generar rentabilidad, es también generar riqueza y que se reparta equitativamente sin perjudicar los recursos naturales, por lo que se requiere armonizar crecimiento económico, inclusión social y protección de medio ambiente.

Sobre el EV y las iniciativas emprendedoras, los resultados inferenciales han determinado una relación significativa con un p_valor=0.000<0.05 y un rho=0.398, lo que significa que existen iniciativas de emprender negocios verdes, y que requieren del apoyo de las autoridades reguladoras para ejercer sus actividades comerciales. Según Lévano (2021) sostiene que hay emprendedores verdes informales que requieren del apoyo del estado, a fin de brindar normas regulatorias que faciliten la formalización,

Sobre el emprendimiento verde y la reducción del impacto medio ambiental, los resultados inferenciales fueron de p_valor=0.000<0.05 y un rho=0.343, lo que significa que hay una relación significativa entre el emprendimiento verde y la reducción del impacto medio ambiental, esto es precisamente porque el objetivo es no afectar el medio ambiente con los procesos de producción en los cuales se utilizan elementos contaminantes o se generan desperdicios como los residuos sólidos. Según Medina y Piñeros (2020) mencionaron que los emprendedores verdes tienen como objetivo precisamente desarrollar sus procesos de producción y distribución evitando dañar el medio ambiente, por ello aplican mejoras continuas en la elaboración de sus productos, por lo que se pide al Estado apoyar por medio de incentivos y a los consumidores que prefieran productos sostenibles.

De acuerdo con los resultados estadísticos descriptivos, en ambas variables las respuestas fueron de nivel medio con 80.31% y 63.25%, observándose que, si hay un reconocimiento y motivación para emprender con energías limpias y reutilización de residuos, pero que aún falta asistencia técnica y financiera de parte del Estado para fortalecer la visión, la presencia de emprendedores jóvenes con ideas innovadoras son uno de los factores importantes para el cambio, que no debe pasar desapercibido. El emprendimiento verde si está relacionado con el sostenimiento social, porque todo producto o servicio que oferte la empresa verde debe tener un impacto ambiental directo y positivo, incorporando en sus procesos buenas prácticas ambientales, sociales y económicas que contribuyan a conservar el ecosistema como un recurso productivo natural que sostiene el desarrollo de la sociedad.

CONCLUSIONES

Primera.- Existe una relación significativa entre el emprendimiento verde y la sostenibilidad social; debido a que se evidenció estadísticamente un p_valor=0.000<0.05 y un rho=0.451 que significa correlación positiva media.

Segunda. - Existe una relación significativa entre el emprendimiento verde y la educación ambiental; debido a que se evidenció estadísticamente un p_valor=0.000<0.05 y un rho=0.195 que significa correlación positiva media.

Tercera. - Existe una relación significativa entre el emprendimiento verde y la desigualdad social; debido a que se evidenció estadísticamente un p_valor=0.000<0.05 y un rho=0.303 que significa correlación positiva media.

Cuarta. - Existe una relación significativa entre el emprendimiento verde y las iniciativas emprendedoras; debido a que se evidenció estadísticamente un p_valor=0.000<0.05 y un rho=0.398 que significa correlación positiva media.

Quinta. - Existe una relación significativa entre el emprendimiento verde y la reducción del impacto medioambiental; debido a que se evidenció estadísticamente un p_valor=0.000<0.05 y un rho=0.343 que significa correlación positiva media.

RECOMENDACIONES

Primera.- Sobre el emprendimiento verde y la sostenibilidad social, se recomienda a los agentes económicos que son el Estado en su labor reguladora y normativa, las empresas en sus procesos de producción y las familias en su elección por productos verdes a elevar propuestas que promuevan un desarrollo sostenible a nivel nacional a fin de elevar el nivel de educación ambiental, disminuir las brechas de la desigualdad social, promover las iniciativas emprendedoras, y aplicar estrategias para la reducción del impacto medio ambiental.

Segunda. - Sobre el emprendimiento verde y la educación ambiental se recomienda al Ministerio del Ambiente, municipalidades, Ministerio de Educación desarrollar programas educativos para elevar el nivel de conciencia ambiental, dictado de charlas sobre los factores de riesgo ambiental y como evitar la contaminación del ecosistema, e incluso las organizaciones populares deben participar a fin de no seguir dañando y comprometiendo los recursos disponibles.

Tercera. - Sobre el emprendimiento verde y la desigualdad social, y con fines de que no haya obstáculos para los emprendedores verdes, se recomienda que las entidades financieras tengan tasas de interés diferenciados, periodos de gracia y plazos de devolución razonables, a fin de facilitar el financiamiento para la innovación tecnológica que es lo que requieren estos nuevos modelos de negocio.

Cuarta. - Sobre el emprendimiento verde y las iniciativas emprendedoras, es pertinente que los gobiernos regionales (municipios) apoyen el emprendimiento de los ciudadanos, principalmente a aquellos que tienen como objetivo proteger el medio ambiente.

Quinta. - Sobre el emprendimiento verde y la reducción del impacto medioambiental, lo cual se lograría en la medida que reciban el apoyo del Estado por medio de las normas tributarias favorables y/o subsidios, también los bonos verdes, para aminorar los costos, el apoyo de Cajas Municipales de Ahorro y Banca Comercial, de la Bolsa de Valores, el apoyo de las instituciones académicas para elevar la concientización ambiental, y el apoyo de los consumidores por su preferencia en los productos verdes.

REFERENCIAS

AlQershi, N. A., Saufi, R. B. A., Yaziz, M. F. B. A., Ramayah, T., Muhammad, N. M. N., & Yusoff, M. N. H. B. (2023). The relationship between green entrepreneurship, human capital, and business sustainability in Malaysian large manufacturing firms: An empirical study. *Technological Forecasting and Social Change*, *192*, 122529. https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.techfore.2023.122529

Álvarez, L., & Taboada, R. (2020). Efectos del cambio climático en la salud pública 2015-2020-una revisión sistemática. *Revista Especial de Salud Pública, 95*(17), 19. Obtenido de https://scielo.isciii.es/pdf/resp/v95/1135-5727-resp-95-e202103042.pdf

Ampuero, S., & Pizarro, D. (2020). *La sostenibilidad empresarial desde el punto de vista de las relaciones públicas.* Universidad San Martin de Porres. LIma, Perú: Escuela profesional de ciencias de la comunicación. https://repositorio.usmp.edu.pe/bitstream/handle/20.500.12727/7656/AMPUERO_ZS.pdf?sequence=3&isAllowed=y

Arias et al. (2022). Metodología de la investigación. *El método Arias para realizar un proyecto de tesis*, 106. https://repositorio.concytec.gob.pe/bitstream/20.500.12390/3109/1/2022_Metodologia_de_la_investigacion_El_metodo_%20ARIAS.pdf

Carrillo, G., y Pomar, S. (2022). The circular economy in new business models. *Entreciencias, diálogos en la sociedad del conocimiento, 9*(21), 1-16. https://www.scielo.org.mx/pdf/edsc/v9n23/2007-8064-edsc-9-23-e2379933.pdf

Carro, R., & González, D. (2012). Normalización Serie Normas ISO 9000. (F. d. Sociales, Ed.) 30. Obtenido de http://nulan.mdp.edu.ar/id/eprint/1615/1/10_normas_iso_9000.pdf

Castañeda, M. (2022). The scientificity of quantitative, qualitative and emerging methodologies. *Revista Digital de Investigación en Docencia Universitaria, 16*(1), 12. http://www.scielo.org.pe/pdf/ridu/v16n1/2223-2516-ridu-16-01-e1555.pdf

Color, J. (2018). *El Emprendimiento Verde en el Municipio de Morelia: Caracterización y Análisis de la Actividad Emprendedora.* Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo. Morelia, México: Instituto de investigaciones económicas y empresariales. http://bibliotecavirtual.dgb.umich.mx:8083/xmlui/bitstream/handle/DGB_UMICH/1080/ININEE-M-2018-1268.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Costa, C. (2022). La economía circular como eje de desarrollo de los paises latinoamericanos. *Economía*(36)12.https://www.redalyc.org/journal/5711/571169753001/571169753001.pdf

Díaz, D., García, C., Céspedes, A., & Aguilar, E. (2021). Green businesses in Colombia Government support and financial performance. *Contexto*, 293-315. https://ojs.tdea.edu.co/index.php/encontexto/article/view/1160

Huamaní, J., León, J., Mamani, B., Mamani, & Caballero, S. (2022). Emprendimiento y sostenibilidad empresarial en tiempos de covid-19 de los estudiantes de administración. *Ciencia Latina Revista Muldisciplinar, 6*(6), 304-323. https://doi.org/10.37811/cl_rcm.v6i6.3488

INEI. (2018). *La Micro y Pequeña Empresa (MYPES) en el Emporio Comercial de Gamarra.* Instituto Nacional de Estadística e Informática. Obtenido de https://www.inei.gob.pe/media/MenuRecursivo/publicaciones_digitales/Est/Lib1555/cap06.pdf

Kalfaoğlu, S. (2023). Indicadores de sostenibilidad social desde la perspectiva de los empleados: un estudio cualitativo sobre si la sostenibilidad social en las empresas se percibe como una necesidad, una preferencia o un sueño. *Sostenibilidad, 15*(10). https://www.proquest.com/docview/2819463071/5052F52CD38F466DPQ/2?sourcetype=Scholarly%20Journals

Khan, M. U., Khan, A. U., & Khan, H. (2022). Exploring The Correlation Among Green Entrepreneurship. https://www.webology.org/data-cms/articles/20220202100616pmwebology%2019%20(2)%20-%2069.pdf

Hidalgo et al. (2022). Qualitative analysis of the social sustainability of urban drainage systems in Chile. *Revista hábitat sustentable, 12*(1), 44-57. https://www.scielo.cl/pdf/hs/v12n1/en_0719-0700-hs-12-01-44.pdf

León, J., y Vargas, R. (2020). *La relación de la autoeficacia y el rendimiento académico de los estudiantes de maestria en profesionalización de la docencia superior de la faculta multidisciplinaria de occidente.* Universidad de El Salvador. El Salvador: Facultad . https://docplayer.es/213623737-Universidad-de-el-salvador-facultad-multidisciplinaria-de-occidente-escuela-de-posgrado.html

Lévano, A. (2021). *El nivel de informalidad empresarial y el liderazgo de los emprendedores en Lima.* Escuela de Postgrado Neumann, Lima,Perú. https://renati.sunedu.gob.pe/handle/sunedu/3059132

Luna, M., Puipulivia, M., & Urbina, B. (2020). *Gestión de Riesgos en Emprendimientos ambientales de Economía Circular. Caso de estudio: Killa Vive Verde.* Ponticifia Universidad Catolica Del Peru . Peru: Facultad de Gestion y alta direccion . https://tesis.pucp.edu.pe/repositorio/bitstream/handle/20.500.12404/18265/LUNA_DOMINGUEZ_PUIPULIVIA_ZARATE_URBINA_PARDO.pdf?sequence=4

Medina y Piñeros. (2020). *Emprendimiento verde.* Universidad del Rosario. Bogotá. Colombia: Administración de negocios internacionales. Obtenido de https://repository.urosario.edu.co/server/api/core/bitstreams/2cdee48e-b43f-4aef-9b8e-4536b72849cb/content

Mohammad Rashed Hasan, P., Kabir, A. I., Abu Saleh Md, S.-U.-Z., Ridoan, K., & Tabash, M. I. (2022). Blockchain Technology as a Game Changer for Green Innovation: Green Entrepreneurship as a Roadmap to Green Economic Sustainability in Peru. *Journal of Open Innovation : Technology, Market, and Complexity*, *8*(2), 62. https://doi.org/https://doi.org/10.3390/joitmc8020062

Mohammed Mamun, M., Shahid, R., Nurul Mohammad, Z., Nitsenko, V., Miroshnyk, O., Kryshtal, H., & Ostapenko, R. (2022). The Impact of Green Entrepreneurship on Social Change and Factors Influencing AMO Theory. *Systems*, *10*(5), 132. https://doi.org/https://doi.org/10.3390/systems10050132

Neumann, T. (2022). Impact of green entrepreneurship on sustainable development: An ex-post empirical analysis. *Journal of Cleaner Production*, *377*, 134317. https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2022.134317

Pérez et al. (2020). Analysis categories of sustainability a theoretical and contextualized proposal for the business sector. *Ecónomicas CUC, 41*(2), 115-136. https://revistascientificas.cuc.edu.co/economicascuc/article/download/2991/2930/19373

Pertuz et al. (2021). Towards a conceptual understanding of green entrepreneurship. *Revista Venezolana, 26*(94), 745-761. Obtenido de https://www.redalyc.org/journal/290/29069612016/html/

Piñeros, L. (2020). *Emprendimiento verde.* Univerdidad del Rosario, Bogotá, Colombia. Obtenido de https://repository.urosario.edu.co/server/api/core/bitstreams/2cdee48e-b43f-4aef-9b8e-4536b72849cb/content

Pinzón, C. s. (2019). *Emprendimiento verde como generador.* Tesis o trabajo de investigación presentada(o) como requisito parcial para optar al título de: Magister en Desarrollo Sostenible y Medio Ambiente, Universidad de Manizales, Bogotá, Colombia. https://ridum.umanizales.edu.co/xmlui/bitstream/handle/20.500.12746/3388/Pinz%C3%B3n_Mu%C3%B1oz_Carlos_Andr%C3%A9s_2018.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Rodríguez et al. (2021). Negocios verdes. *Compensar*, 134. Obtenido de https://repositoriocrai.ucompensar.edu.co/bitstream/handle/compensar/2943/Negocios%20verdes%20ebook.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Sanabria y Hurtado. (2018). Emprendimiento verde en torno a la conservación y recuperación del agua y sus espacios en Bogotá y Medellín. *Revista de Ciencias Económicas, XXXVI*(1), 93-111. Obtenido de http://www.scielo.org.co/pdf/rfce/v26n1/0121-6805-rfce-26-01-00093.pdf

Sanabria, et al. (2013). Emprendimiento verde en Colombia, el caso del mecanismo de desarrollo limpio (MDL). *Entramado, 9*(1), 38-65. Obtenido de https://www.redalyc.org/pdf/2654/265428385004.pdf

Torres et al. (2019). The competitiveness and sustainability of Scale-ups in Latin America. *Revista Espacios*, 15. https://repositorio.cuc.edu.co/bitstream/handle/11323/7470/La%20competitividad%20y%20la.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Universitat Carlemany. (2022). ¿Qué es la sostenibilidad social? qué es, características y ejemplos. *Desarrollo sostenible*. https://www.universitatcarlemany.com/actualidad/blog/sostenibilidad-social-que-es/#:~:text=Definici%C3%B3n%20y%20ejemplos,comprometa%20a%20las%20generaciones%20futuras

WMO. (2022). State of the Climate in Latin America and the Caribbean. *World Meteorlogical Organization*, 39. Obtenido de https://library.wmo.int/viewer/66252/download?file=1322_State_of_the_Climate_in_LAC_2022_en.pdf&type=pdf&navigator=1

Zabelina, E., Cruz-Cárdenas, J., Deyneka, O., Maksimenko, A., Guadalupe-Lanas, J., & al, e. (2022). El tiempo psicológico de los emprendedores verdes: un estudio de métodos mixtos en las PYMES. *International Journal of Entrepreneurial Behaviour & Research, 29*(7). https://www.proquest.com/docview/2835407637/A616B911AAE4426EPQ/1?sourcetype=Scholarly%20Journals

SORAYA ARAUJO UCHOA CAVALCANTI: Doutorado (2015) e Mestrado (2001) em Serviço Social pela UFPE, Especialista em Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais pela UNB. Atua na Saúde Pública há duas décadas no Sistema Único de Saúde – SUS, acompanhando Discentes e Residentes em Saúde. Coordena a Residência Multiprofissional na Rede de Atenção Psicossocial da Secretaria de Saúde da Cidade do Recife, exercendo a docência em nível de Pós Graduação na modalidade de Residência nas disciplinas de Bioética, Promoção da Saúde, Segurança do Paciente no contexto da Rede de Atenção Psicossocial – RAPS, Política de Saúde e Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, dentre outras. Coordena o *Programa de Extensão Saberes e Práticas no SUS: Discutindo Promoção da Saúde*, na Universidade de Pernambuco, com atividades iniciadas em 2016, ainda no formato de projeto de extensão, enquanto devolutiva do processo de doutorado, orientando discentes e Residentes na área de saúde em atividades de extensão universitária incluindo orientação de extensionistas em cursos e eventos de extensão; desenvolvendo atividades formativas – cursos, grupos de estudos, encontros, oficinas e outros – voltadas para a qualificação de recursos humanos e melhoria da qualidade dos serviços prestados à população usuária do SUS. Coordena o Ciclo de Estudos e Debates em Saúde Pública, atividade de extensão, que tem dentre os seus objetivos incentivar a produção acadêmica através de estudos, pesquisas e produção de textos com vistas à popularização da ciência e tecnologia. O *Programa de Extensão Saberes e Práticas no SUS: Discutindo Promoção da Saúde* atua nas seguintes áreas temáticas: Promoção da Saúde, Prevenção e Enfrentamento das Violências, HIV/AIDS no contexto do enfrentamento da Epidemia, Serviço Social e Políticas Sociais no Brasil; Saberes e Práticas nas Mídias. Editora de área temática da Revista Brasileira de Extensão Universitária (RBEU). Editora-chefe da Revista Técnico-Científica do IFSC (RTC). Revisora *ad hoc* de revistas nos campos da saúde e extensão universitária.

ÍNDICE REMISSIVO

V

SERVIÇO SOCIAL:

TEORIA, PRÁTICA E IMPACTO SOCIAL

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena Editora
Ano 2024

SERVIÇO SOCIAL:

TEORIA, PRÁTICA E IMPACTO SOCIAL

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena Editora
Ano 2024